

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IVAN EDUARDO DE ABREU ARRUDA

ANÁLISE DE UMA UNIVERSIDADE DA
TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

CAMPINAS

2009

IVAN EDUARDO DE ABREU ARRUDA

ANÁLISE DE UMA UNIVERSIDADE DA
TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na área de Estudos em Avaliação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva

PUC-CAMPINAS

2009

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva _____

1ª Examinadora: Prof.^a Dr.^a. Eleny Mitrulis _____

2ª Examinadora: Prof.^a Dr.^a. Vera Lúcia de Carvalho Machado _____

Campinas, 17 de Fevereiro de 2009.

Aos meus pais Ilton e Edna,
pelo carinho em todos os
momentos de minha vida.

À minha esposa Cristiane,
pelo amor e apoio durante
todo o mestrado.

Ao meu sobrinho recém-nascido,
Pedro Henrique, representação
do futuro e da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao fiel escudeiro Tuco,
Pelas infinitas discussões.

Ao grande amigo Prof. Dr. Rodrigo Pain,
Pelos provocativos e saudáveis diálogos a respeito da terceira idade.

Ao Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva,
Pelas preciosas orientações.

Às Professoras Doutoradas Vera Machado e Eleny Mitrulis,
Imprescindíveis incentivadoras.

À CAPES,
Por financiar esta pesquisa.

À Coordenação e às Professoras do Mestrado em Educação da PUC-Campinas,
Por abrilhantarem minha formação.

Ao Prof. Jamil Cury Sawaya,
Pelas constantes construções sobre o tema.

À Prof^a. Dr^a. Jeanete Liasch Martins de Sá,
Por auxiliar no andamento da pesquisa.

Ao corpo docente, alunas e alunos da Universidade da Terceira Idade,
Pela atenção cedida.

Aos colegas do Mestrado,
Por compartilharem angústias e alegrias.

Aos funcionários da PUC-Campinas,
Por colaborarem nas mais diversas situações.

À Faculdade de Pindamonhangaba,
E seus diretores, coordenadores, professores, funcionários e alunos.

E, em especial, ao Prof. Dr. Newton Balzan,
Por acreditar na proposta.

RESUMO

ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. *Análise de uma Universidade da Terceira Idade no município de Campinas*. Campinas, 2009. 90f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.

Com o envelhecimento, os idosos se deparam com desafios não antes experimentados. Construir o próprio caminho superando dificuldades e preconceitos impostos pela sociedade, a partir desse ponto, torna-se o principal objetivo dessas pessoas. Os sentimentos de inutilidade, de improdutividade e de incapacidade, engessam a busca de novos conhecimentos e possibilidades. Visando ultrapassar esses obstáculos, surge a educação como ferramenta de oportunidades. Ela inclui socialmente a pessoa, melhora sua auto-estima e, conseqüentemente, enaltece a qualidade de vida do idoso. Neste cenário, encontra-se a Universidade da Terceira Idade como um importante movimento de transformação, considerada um espaço que os alunos idosos participam e interagem na comunidade onde vivem. Assim sendo, propõe-se neste trabalho estudar o caso do programa brasileiro pioneiro de Universidade da Terceira Idade organizado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas por meio de uma perspectiva metodológica qualitativa. A intenção, através de uma viagem histórica ao longo dos dezoito anos de atividade e fazendo uso de bibliografias, documentos e entrevistas com pessoas envolvidas, é analisar os diversos aspectos que serviram como base para a construção contínua do programa, como: caracterização, objetivos, currículos, infra-estrutura, docentes e discentes. Para tal, serão discutidas questões relativas à própria compreensão de quem é o público da terceira idade e suas relações com fatores como inclusão social, auto-estima e qualidade de vida. Por fim, além do ineditismo e da experiência adquirida, observaremos outros aspectos como objetivos, currículo, corpo docente e localização serem considerados imprescindíveis à qualidade do programa.

Termos de indexação: universidade da terceira idade, terceira idade, idoso, educação, universidade.

ABSTRACT

ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. *Analysis of a University of the Third Age in Campinas*. Campinas, 2009. 90f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.

With aging, the elderly are faced with challenges not experienced before. Building your own path overcoming difficulties and prejudices imposed by society, from that point, it becomes the main objective of these people. The feelings of uselessness, of poorness and disability, plaster the search for new knowledge and possibilities. Seeking to overcome these obstacles comes to education as a tool of opportunity. It includes the person socially, improves their self-esteem and, consequently, brings the quality of life of the elderly. In this scenario, is the University of the Third Age movement as a major transformation, considered an area that students interact and participate older people in the community where they live. There fore, it is proposed in this paper to study the case of Brazilian pioneer of the Third Age University organized by the Pontifical Catholic University of Campinas through a qualitative methodological perspective. The intention, through an historic journey over the eighteen years of activity, is examining the various aspects that served as support for the continuous building of the program: objectives, curriculum, resources, teachers and students. This will discussed issues concerning the understanding of who the audience is the elderly and their relationship to factors such as social inclusion, self-esteem and quality of life. Finally, beyond the novelty and experience, observe other aspects such as goals, curriculum, teacher and location are considered essential to the quality of the program.

Index terms: university of the third age, third age, elderly, education, university.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CONTEXTUALIZANDO A TERCEIRA IDADE	14
2.1 Compreendendo Terceira Idade	14
2.1.1 Velhice	18
2.1.2 Maturidade	20
2.1.3 Terceira Idade	21
2.1.4 Demais Expressões	23
2.2 A Situação Atual do Idoso	24
2.2.1 Aposentadoria	28
2.2.2 Família	30
2.2.3 A Questão do Gênero na Terceira Idade	32
3 PROCESSOS EDUCACIONAIS NA TERCEIRA IDADE	35
3.1 Objetivos da Educação na Terceira Idade	36
3.1.1 Inclusão Social	37
3.1.2 Auto-Estima	40
3.1.3 Qualidade de Vida	42
3.2 A Organização da Educação na Terceira Idade	44
3.2.1 Gerontologia Educacional e Educação Gerontológica	45
3.2.2 Educação Permanente e Educação Continuada	46
3.3 Surgimento das Universidades da Terceira Idade	47
3.3.1 Modelos de Organização das Universidades da Terceira Idade	50
3.3.2 Programas Brasileiros	53
4 UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE: O CASO ESTUDADO	56
4.1 A Terceira Idade e a PUC-Campinas	57
4.2 A Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas	60
4.2.1 Caracterização	62
4.2.2 Objetivos	65
4.2.3 Currículo	67
4.2.4 Infra-estrutura	71
4.2.5 Docentes	73
4.2.6 Alunos	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6 REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial, especialmente a brasileira, é crescente e constante. Alternativas de atividades aos idosos passam a ser necessidade e preocupação de ordem pública. Neste sentido, a educação na terceira idade, por meio das instituições de ensino superior, surge como possibilidade de enfrentar o desafio. Fortalecem-se assim os programas conhecidos como “Universidade da Terceira Idade”, presentes no país desde 1990.

Como veremos no transcorrer desta pesquisa, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas é considerada pioneira no desenvolvimento do programa Universidade da Terceira idade.

Partindo da idéia de que esse ineditismo somado à experiência de dezoito anos de programa são fatores que contribuem para a Universidade da Terceira Idade ser qualificada como referência deste segmento no país, perguntamos: quais outros fatores e valores estão incutidos nesta perspectiva de programa modelo?

Neste trabalho propõe-se estudar o programa brasileiro pioneiro de Universidade da Terceira Idade organizado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A intenção, através de uma viagem histórica ao longo dos dezoito anos de atividade, é analisar os diversos aspectos que serviram como base para a construção contínua do programa: objetivos, currículos, recursos, docentes e discentes.

A elaboração dessa dissertação procura atender a alguns objetivos, sendo o primeiro de caráter geral e os demais específicos: compreender o processo de desenvolvimento da Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas no contexto da criação e profusão destes programas em Instituições de Ensino Superior brasileiras; identificar concepções e construir quadro histórico acerca dos programas destinados à terceira idade vinculados a Instituições de Ensino Superior; analisar a caracterização, o objetivo,

a organização curricular e a infra-estrutura do programa Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; observar os perfis discente, docente e de coordenação no programa Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e discutir as possíveis contribuições do programa Universidade da Terceira Idade para a inclusão social, a qualidade de vida e a melhoria da auto-estima dos idosos participantes.

Acredita-se que a conclusão do estudo proposto poderá ser utilizada pela instituição como referência para adaptações e revisão do conteúdo metodológico aplicado aos alunos do programa, bem como, poderá ser possível à comunidade acadêmica se ter consciência do processo percorrido.

A pesquisa em questão realizou a partir do enfoque metodológico qualitativo que embasado na dialética torna possível identificar causas, contexto, contradições, conseqüências e, inclusive, a dimensão quantitativa do problema. Este sentido de totalidade na análise possibilita conferir perspectiva crítica ao estudo e tornar mais concretos os achados (TRIVIÑOS, 1987). Pois, caracteriza uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que representam objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis somente observados por meio de uma atenção especial (CHIZZOTTI, 2006).

A pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso que, conforme Goode e Hatt (1975 *apud* PÁDUA, 2004, p. 74), considera qualquer unidade social como um todo, incluindo o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, uma família ou um grupo social, um conjunto de relações ou processos, ou mesmo uma cultura. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa comum no meio educacional e possibilita ao pesquisador reunir informações sobre um fenômeno situado em seu próprio contexto específico (ANDRÉ, 2005; CHIZZOTTI, 2006). O caso escolhido para ser foco desse estudo é a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas.

Ao pensar na coleta de dados enfatizou-se primeiramente a pesquisa documental para compreensão de como o programa Universidade da Terceira Idade é organizado pela instituição de ensino e oferecer elementos para continuidade da pesquisa, inclusive para elaboração do roteiro de entrevista. A

organização dos dados documentais é compreendida por Gil (1999) como uma ferramenta simples, porém, que exige do pesquisador clareza na origem dos dados obtidos e identificação adequada das fontes consultadas.

Exemplos de fontes pesquisadas neste trabalho foram as auto-avaliações realizadas pelos alunos das turmas de 1990 e 1999, projeto pedagógico do programa, publicações diretamente relacionadas à Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, materiais de divulgação da mesma, entre outros.

A análise dos documentos possibilitou compreender a proposta de sistematização e organização do funcionamento da Universidade da Terceira Idade, bem como obter elementos para a discussão dos dados das entrevistas realizadas. Este processo foi mediado pelas escolhas teóricas feitas para o desenvolvimento do estudo.

Assim, optou-se pela entrevista semi-estruturada, entendida como aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, interessantes à pesquisa e constrói campo de interrogações, fruto de novas hipóteses originadas à medida que se recebiam as respostas do informante, isto é, seguindo a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro dos pontos colocados pelo pesquisador (TRIVINÕS, 1987).

Nesta direção organizou-se a entrevista por pautas, pois apresentou limitado nível de estrutura onde o pesquisador pôde explorar pontos de interesse ao longo da entrevista permitindo liberdade ao entrevistado em expor seus pensamentos (GIL, 1999). Os tópicos comuns às entrevistas foram: ingresso no programa; organização pedagógica; infra-estrutura e recursos; e corpo docente.

Assim, as entrevistas foram realizadas com alunos, docentes e coordenação, que vivenciaram ou ainda mantêm vínculo com o programa Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desde o início das atividades em 1990 até a turma de 2008.

Em consonância com as opções metodológicas adotadas, após análise documental se decidiu rever a previsão de entrevistas a ser realizadas.

Inicialmente optou-se pela divisão em quatro grupos: dois alunos e um professor das turmas de 1990, 1996, 2002 e 2008, além de um membro da coordenação, totalizando assim treze pessoas. Esta divisão por anos estabeleceu o seguinte critério: 1990, por ser o início do programa; 1996, visando compreender possíveis interferências no programa ocorridas pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – ocorrida no mesmo ano; 2002, buscando entender as possíveis contribuições do programa com o Estatuto do Idoso homologado no ano seguinte; e 2008, por ser a turma mais recente matriculada na instituição provocando assim um estudo longitudinal ao longo dos dezoito anos do programa.

A nova divisão se fez em virtude de que 1996 e 2002 eram os anos dos trâmites de aprovação da LDB e do Estatuto do Idoso e, apesar das discussões realizadas naqueles anos poderem expressar os sentidos das leis, não haveria como se obter dados das repercussões dessas no caso estudado. Assim, esta nova divisão estabeleceu os anos de 1990, 1999 e 2008, onde dois alunos e um professor de cada época foram entrevistados, mantendo também a entrevista com a coordenação do programa, totalizando assim, 10 pessoas entrevistadas.

O material obtido em campo (documentos e entrevistas) foi organizado de modo a tornar este texto o mais consistente possível e encontra-se distribuído pelos capítulos, concentrando-se mais no capítulo intitulado: “A Universidade da Terceira Idade: o caso estudado”.

Num primeiro momento se trata da contextualização do idoso, compreendendo as terminologias utilizadas como terceira idade, maturidade, idoso, velhice, entre outras, entendendo a situação atual do idoso brasileiro e suas relações com a aposentadoria e a família, e enfatizando aspectos como inclusão social, qualidade de vida e auto-estima.

Em um segundo momento, são apresentados os processos educacionais na terceira idade por meio de uma discussão sobre gerontologia educacional e educação gerontológica, e educação permanente e educação continuada, e visualizados os modelos de Universidades da Terceira Idade e seus respectivos programas no Brasil e no Mundo.

Por fim, há uma reflexão sobre a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, com enfoques na caracterização, no objetivo, no currículo, na infra-estrutura, no corpo docente e nos alunos.

2 CONTEXTUALIZANDO A TERCEIRA IDADE

Este capítulo caracteriza-se pela contextualização da terceira idade observando-se dois aspectos: a compreensão do público da terceira idade e a situação atual desse público no Brasil.

O primeiro momento trata da interpretação sobre envelhecimento e idade a fim de definir termos como velhice, maturidade, terceira idade, entre outros. O segundo momento apresenta a situação atual das pessoas na terceira idade, focando questões como aposentadoria, família e a questão do gênero.

Visando a discussão dos termos terceira idade, maturidade, velhice, idoso, entre outros, imprescindíveis para que possamos compreender de que público estamos realmente tratando, torna-se necessário, antes de qualquer aprofundamento, uma reflexão sobre o envelhecimento e o conceito de idade.

Essas terminologias carregadas pelo tema envelhecimento e muitas vezes generalizadas pela sociedade, permitem que os indivíduos, em sua maioria, se auto-classifiquem neste léxico de acordo com suas preferências pessoais, resultantes da visão sobre o que é velho. Segundo Rôças (1996), esses vocábulos em uma sociedade voltada para a juventude são tratados de forma pejorativa, daí a necessidade das pessoas optarem por uma denominação adequada.

2.1 Compreendendo Terceira Idade

O envelhecimento pode ser visto como um processo de desorganização crescente caracterizado pelo desaparecimento das potencialidades do indivíduo substituídas pelas limitações e disfuncionalidade, levando o indivíduo ao isolamento e forçando-o a adaptar-se a uma nova

realidade, acarretando um desafio pelo qual não se preparou durante os anos (MARQUEZ, 1998; ANGERAMI-CAMON, 1992).

Diogo, Neri e Cachioni (2004), defendem que o envelhecimento é considerado um processo dinâmico e progressivo em que há modificações tanto morfológicas quanto funcionais, bioquímicas e psicológicas, determinando a gradativa perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente e ocasionando maior vulnerabilidade e incidência de processos patológicos.

Na ótica de Santos (2002), o envelhecimento é entendido como um processo complexo de seqüencialidade e transformações ao longo do curso da vida, com reorganizações de caráter funcional e estrutural, influenciado pelos fatores sociais e comportamentais. Essas mudanças são classificadas pela autora como biológicas, psicológicas e sociais: biológicas no sentido da função de determinado órgão ou sistema; psicológicas referindo-se à capacidade de adaptação do indivíduo perante tarefas cotidianas; e sociais pensando no papel do indivíduo em relação às expectativas da sociedade.

Langlois (1992) caracteriza o envelhecimento através de quatro indicadores: universalidade, em que todos os indivíduos da espécie devem experimentar esse fenômeno, sendo esta uma das características que distinguem o envelhecimento da enfermidade, especialmente daquelas enfermidades que estão associadas à velhice; irreversibilidade, indicando que as mudanças produzidas não retrocedem e não desaparecem, ou seja, o processo de envelhecimento pode, sim, acelerar ou retardar, porém, não é possível alterar as mudanças produzidas por ele; cumulatividade, referindo a soma das conseqüências do processo, umas às outras no tempo, até atingir o efeito final; e seqüencialidade, onde os fatos atuais são conseqüências do que ocorreu no passado e causa do que virá no futuro.

Neri e Cachioni (1999) classificam o envelhecimento em três padrões: primário, secundário e terciário. O primário refere-se às mudanças que são irreversíveis, progressivas e universais ao indivíduo, porém, não são patológicas (surgimento de fios de cabelo brancos, aparecimento de rugas e declínio das qualidades físicas e cognitivas). O secundário, também chamado de

envelhecimento patológico, diz respeito às modificações causadas por doenças que são dependentes da idade, ou seja, à medida que o indivíduo envelhece há o aumento da probabilidade de exposição a fatores de risco (doenças cerebrais e cardíacas, e depressão originada por diversos motivos). O terciário reflete o declínio terminal caracterizado pelo aumento das perdas em um período curto direcionando o indivíduo à morte.

Sobre as questões da idade, antropólogos demonstram existir uma variedade enorme entre o número e as denominações usadas por sociedades distintas para identificar grupos de pessoas com idades diferenciadas. A idade é uma dimensão subjacente à agência social, conglomerando e tornando homogêneas grandes classes de indivíduos, submetendo-os às normas sociais que podem beneficiar, estigmatizar ou prejudicar, por não considerar as diferenças individuais (FRAIMAN, 1995).

Este conceito de idade diferencia-se entre idade cronológica ou calendária, idade biológica ou individual, idade psicológica, social e funcional. Há diferenças entre idade biológica e cronológica uma vez que algumas pessoas são biologicamente velhas aos trinta anos, por exemplo, e outras com setenta possuem resistência física correspondente aos mais jovens. A idade psicológica refere-se à capacidade individual de adaptação às reações e à auto-imagem dos indivíduos. A idade social é determinada pelas estruturas da sociedade podendo um indivíduo ser considerado jovem ou velho numa mesma sociedade devido a vários aspectos (MARQUEZ, 1998).

A idade funcional, chamada por Fraiman (1995) como idade existencial, refere-se à somatória de experiências pessoais e de relacionamento, e da riqueza vivenciada, refletida e acumulada ao longo dos anos, podendo, segundo Kastenbaum (1979), ser atribuídas a um mesmo indivíduo idades funcionais diferenciadas para cada uma das esferas biológica, psicológica e social.

Como exemplo de nomenclaturas relativas à idade, a Organização Mundial de Saúde – OMS – classificou o envelhecimento em quatro estágios, conforme tabela a seguir:

Classificação	Faixa etária
Meia idade	de 45 a 59 anos
Idoso	de 60 a 74 anos
Ancião	de 75 a 90 anos
Velhice extrema	de 90 anos em diante

Tab. 1 – Faixa Etária – Fonte: Organização Mundial de Saúde

Já a Organização das Nações Unidas – ONU – demarcou o início da velhice aos sessenta anos de idade nos países em desenvolvimento e aos sessenta e cinco anos nos países desenvolvidos. Diante disso é possível se depreender que o envelhecimento se diferencia de acordo com as perspectivas sócio-econômicas, pois, maiores insumos materiais podem conseguir retardá-lo ou, refletindo a partir do que dizem os autores apresentados anteriormente (KASTENBAUM, 1979; ANGERAMI-CAMON, 1992; LANGLOIS, 1992; FRAIMAN, 1995; MARQUEZ, 1998; NERI e CACHIONI, 1999; SANTOS, 2002; DIOGO, NERI e CAHIONI, 2004;), a diminuição das capacidades funcionais é proporcional aos cuidados com a saúde e a qualidade de vida que se pode ter.

Essas considerações sobre idade e envelhecimento vão ao encontro das propostas de conteúdos vivenciados pelos alunos da Universidade da Terceira Idade em diversos módulos do programa, como: aspectos biológicos do envelhecimento; aspectos psicossociais da terceira idade; o idoso e a sua situação socioeconômica e legal; e a vivência na terceira idade. As necessidades do idoso apresentadas nas teorias sobre idade e envelhecimento confirmam a preocupação dos professores que iniciaram a Universidade da Terceira Idade, uma vez que se mostra presente na organização curricular.

Visto a interpretação de idade e envelhecimento, torna-se mais claro entender a velhice, a maturidade, a terceira idade, e outras expressões como “melhor idade” e “maior idade”.

2.1.1 Velhice

A velhice surge, conforme Frias (1999), “a partir da inexistência de novas ocupações e da ausência de objetivos e planos para a vida futura, e se intensifica através do isolamento, da solidão, das perdas familiares, do casamento dos filhos e da viuvez”. É qualificada como uma instituição política, onde há a perda do poder e direcionamentos estabelecidos por um sistema social que não reconhece os direitos daqueles que atingem determinada idade (NAHOUM, 1982 *apud* FRANÇA e SOARES, 1997).

O termo velhice é, também, um dos mais rejeitados, pois, segundo Neri e Freire (2000), está associado às reações de afastamento, desgosto, ridicularização e negação, bem como, vinculado à morte, à doença e à dependência. As autoras defendem que estes rótulos criados para tratar dos anos mais tardios da vida são sinais da existência de preconceitos e afirmam que as nomenclaturas, idoso, velhice e envelhecimento, devam, respectivamente, ser utilizadas segundo a legislação, para falar da última fase do ciclo vital e para tratar do processo de mudanças físicas, psicológicas e sociais, que se tornam perceptíveis a partir dos 45 anos.

Fraiman (1995) sustenta que a expressão velhice refere-se a um grupo de pessoas que tem muitos anos de idade e uma grande experiência acumulada, diferenciando de outros grupos com menos idade, não sendo sinônimo de abstração, porém, uma condição visível que determina possibilidades de ação. Em muitas culturas e civilizações, a velhice é vista com respeito e veneração, representando a experiência, o valioso saber acumulado ao longo dos anos, a prudência e a reflexão. A sociedade urbana moderna, porém, transforma essa condição, pois a atividade e o ritmo acelerado da vida marginalizam aqueles que não os acompanham.

Nesta direção, Burguess (1960) completa que a velhice resulta na existência sem significado, estimulada pela sociedade moderna que não prevê um papel específico a esses indivíduos (*apud* DEBERT, 1999). Em inúmeros grupos das sociedades antigas, o velho ocupava uma posição digna e era sinônimo de

forte ascendência perante todos. Os anciãos tinham intensa atuação nas decisões importantes de seus grupos sociais, especialmente nos destinos políticos. Na antiga China, por exemplo, o filósofo Confúcio já apregoava que todas as famílias deveriam obedecer ao elemento mais idoso. No Oriente, ao contrário do Ocidente, a velhice é muito respeitada e glorificada pela família e pela sociedade, em virtude do acúmulo de sabedoria (SALGADO, 1980; GAIARSA, 1986; ANGERAMICAMON, 1992).

Já no Brasil, a criança ou o adolescente projeta seu futuro imaginando um adulto jovem formado e trabalhando, não se vendo como um velho feliz. Nesse sentido, o próprio idoso se auto-discrimina como alguém que já cumpriu suas tarefas na vida não tendo mais função alguma. Nesta sociedade, a cultura da velhice infeliz é aceita como natural, sendo permanente e sempre realimentada. É óbvio que se faz necessário eliminar essa idéia preconceituosa (SALGADO, 1980).

Segundo Neri e Cachioni (1999), a consciência crítica sobre essas questões está mudando positivamente, ou seja, ao invés de qualificar a população idosa como uma ameaça, se aceita a idéia de que a situação é efeito e não causa das dificuldades. Assim, cresce a noção de que os velhos não devem ser considerados como culpados pelo seu estado de saúde, grau de atividade ou de inserção social.

À medida que o país se torna mais velho é necessário crescer a idéia de que a velhice não é uma doença, assim, novos conceitos devem ser incorporados nessa fase da vida, pensando na velhice como um processo dinâmico. É pertinente que a sociedade avalie a força laborativa das pessoas na velhice, a valiosa experiência conquistada, a criatividade e a capacidade de amar e compreender, considerando esses, quesitos básicos do existir (VERDERI, 2004; MARTINELLI, 2001).

Debert (2002) sugere a inversão da representação da velhice como um processo contínuo de perdas para a conquista de novos significados guiados pela busca do prazer, da satisfação e da realização pessoal. Seguindo esta linha de pensamento, Destéfani (2000), entende a velhice como uma fase de doação,

integração, sabedoria e transição. Doação, pois o indivíduo herda um dos valores mais preciosos para a sociedade moderna que é o tempo. Integração, em virtude das lembranças que representam os fatos vividos e que o indivíduo tem a necessidade de compartilhar. Sabedoria, por causa da bagagem de experiências que torna o indivíduo um mestre da vida, embora Skinner e Vaughan (1985) reconheçam que o progresso tecnológico excluiu a possibilidade da velhice servir como peça repositória de sabedoria. E transição, por se tratar do último estágio antes da morte acreditando que o indivíduo deve se encontrar sereno.

Diante às pesquisas apresentadas aqui é possível entender a velhice como a soma de experiências e vivências ao longo da vida, porém, nulas quando lançadas no sistema social influenciado pela imagem do jovem, do forte, do veloz e do produtivo. Como veremos a seguir, isto não ocorre na maturidade, pois nesta fase há soma, mas não há anulação, uma vez que o estado físico e mental não sofreu ainda impactantes interferências.

2.1.2 Maturidade

A expressão maturidade, outro vocábulo utilizado no envelhecimento, é usada, segundo Sad (2001), como uma substituição da palavra velhice, necessária para ocultar a passagem do tempo e suas conseqüentes transformações vitais. Neri e Freire (2000) definem maturidade como o alcance de certo patamar de desenvolvimento indicado pela presença de papéis sociais e de comportamentos considerados como apropriados ao adulto mais velho, designando a ele adjetivos como experiente, prudente, paciente, tolerante, ouvinte, entre outros.

Nesta direção Marquez (1998) adiciona que a liberdade que a maturidade proporciona é um ganho a ser desfrutado com consciência e alegria, assegurando o direito de ficar só ou acompanhado, de falar ou calar, de expressar suas idéias e de libertar-se de condicionamentos e preconceitos.

Comfort (1977) explica maturidade como uma época onde o indivíduo sente-se à vontade para realizar planos e desfrutar de prazeres não possíveis anteriormente devido à falta de experiência, dinheiro e conhecimento, entretanto, o termo usado pelo autor é meia-idade. Reportando-nos à tabela da OMS, vista anteriormente, entendemos que Comfort refere-se às pessoas com idade entre 45 e 59 anos.

Ao falar em meia-idade Scharfstein e Py (2001), interpretam que este vocábulo traz consigo múltiplos significados, dentre eles, o fato do indivíduo encontrar-se na metade de sua trajetória de vida pressupondo, assim, saber a época de sua morte e o fato de ser considerado como um momento em que a pessoa não está totalmente plena de sua juventude denotando assim a perda de algo.

Penso que a maturidade é um termo controverso, disperso no tempo. Ora se aproxima da idéia de meia-idade, ora se aproxima da terceira idade. Ora não passa de uma representação com caráter comercial, a fim de esconder a identidade do indivíduo. Ora se torna o alívio de muitas pessoas que não aceitam a aproximação da velhice. Em síntese o termo parece não se adequar às necessidades de compreensão do objeto em análise.

2.1.3 Terceira Idade

A expressão terceira idade, segundo Palmore (1990), foi criada na França, no final dos anos 60, para designar de forma aceitável o período da vida em que o indivíduo se afastava da vida produtiva e da maioria dos papéis que caracterizavam a vida adulta (*apud* SILVA, 1999). Entretanto, conforme Coriolano (2002), a associação ao termo terceiro mundo e à expressão terceiro estado da Revolução Francesa, mostrava o preconceito existente, remetendo o indivíduo ao descartável, ao improdutivo e a não interessar mais ao capitalismo (*apud* CAMPOS, 2003).

Netto (2001) e Neri e Freire (2000), reforçam que a expressão francesa terceira idade estabelecia a idade em que o indivíduo se aposentava, por volta dos 45 anos. Assim, a vida adulta, de produtividade, seria a segunda idade e a infância, improdutiva, mas com perspectiva de crescimento, a primeira idade. Acompanhando esta linha, Cribier (1990), define terceira idade, a partir de uma concepção da vida, em três etapas: primeira idade, onde há dependência, imaturidade, educação e socialização; segunda idade, da independência, da maturidade, da responsabilidade familiar e profissional, e da produção econômica e familiar; e terceira idade, que também conta com a independência e a maturidade, porém, as funções sociais não são mais as mesmas, isto é, passa a ser uma idade de usufruir e consagrar-se à realização de si (*apud* PEIXOTO, 1997).

O vocábulo terceira idade parece soar melhor do que os outros termos, pois, para Sant'Anna (1997), busca-se assim, oportunizar novas representações sociais e posturas de atendimentos e de ofertas de serviços, eliminando conotações depreciativas. A autora considera como terceira idade o grupo etário constituído por pessoas com 60 anos ou mais, igualmente à concepção de idoso definido pelo Estatuto do Idoso.

A expressão terceira idade não classifica uma fase do curso da vida, e sim, apresenta-se como uma nova fase na vida do indivíduo onde o envelhecimento não interrompe a continuidade de uma vida ativa, independente e prazerosa (BARROS, 2002 *apud* CAMPOS, 2003). Complementando, Balestra (2002), em sua pesquisa de mestrado em educação física sobre “a imagem corporal dos idosos”, ressalta que esta expressão, valorizada pela mídia, representa os aspectos positivos da velhice.

Entendo terceira idade como uma expressão diretamente relacionada à aposentadoria que, atualmente no Brasil, ocorre por volta dos 60 anos. Podemos também associar terceira idade ao idoso, classificado por nossas leis como pessoas com 60 anos de idade ou mais. Esta expressão parece ser mais adequada à designação da Universidade da Terceira Idade por caracterizar melhor o seu público-alvo.

2.1.4 Demais Expressões

Quanto ao termo idoso, de acordo com Neri (2001), é utilizado quando se pretende categorizar os indivíduos pela duração do seu ciclo vital. A concepção de idoso surgiu após a Revolução Industrial quando se passou a determinar uma idade para que as pessoas parassem de trabalhar justificada pela diminuição da produtividade.

Embora todo cidadão brasileiro, ao completar sessenta anos, seja oficialmente denominado idoso, não são todos os indivíduos que aceitam passivamente essa nomenclatura, motivados pelo preconceito, pelo receio de enfrentar um novo desafio, pela vaidade, entre outros argumentos.

Outras expressões como “melhor idade” e “maior idade” são usadas com frequência em programas ou atividades voltadas às pessoas da meia-idade e aos idosos, com caráter atrativo ou comercial, ou seja, da maneira mais conveniente ao público-alvo em questão e ao próprio programa ou atividade.

Locatelli (2005), em seu trabalho sobre a qualidade de vida e a prática de atividades na velhice, relata que o termo terceira idade deveria ser substituído por melhor idade pelo fato do idoso encontrar-se munido por uma força acumulada durante os anos, força esta que falta aos jovens, assim, não seria terceira idade o mais conveniente e apropriado para ser utilizado.

Campos (2003) adiciona que a expressão “melhor idade” representa uma identidade coletiva na medida em que homens e mulheres passam a ser reconhecidos pela re-significação do sentido de ser velho.

Já Neri (2001), explica que a expressão “maior idade” emprestou a palavra maior do espanhol *mayor* onde não há a conotação de maior valor, apenas caracteriza a pessoa com mais idade.

Diante das discussões em torno da terminologia, as opções utilizadas para designar os indivíduos nesta pesquisa são: idoso, à pessoa com 60 anos ou mais, obedecendo ao Estatuto do Idoso, como já fora citado anteriormente; e

terceira idade, às pessoas a partir dos 60 anos também, em diante, por entender que essa expressão, desde seus primórdios na França, está diretamente relacionada com a aposentadoria e que essa, em nosso país, atualmente, ocorre geralmente por volta dos 60 anos de idade.

Independente da nomenclatura adotada por mim, é importante frisar que a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, bem como mais de 60% dentre as instituições de ensino paulista¹ que prestam esse mesmo serviço, utilizam a terminologia terceira idade recebendo alunos na faixa dos 45 anos, tecnicamente considerados pessoas de meia-idade. Entendo isso como uma ação comercial uma vez que os serviços são pagos, sendo assim, tem-se a possibilidade de se abarcar um grupo de alunado maior.

Foi visto até o momento o entendimento sobre quem são as pessoas pertencentes à terceira idade. A partir deste ponto visualizaremos o panorama da realidade social do idoso brasileiro.

2.2 A Situação Atual do Idoso

Visando compreender a situação atual do idoso brasileiro, cabe agora uma reflexão sobre o envelhecimento populacional e, na seqüência, um retrato da aposentadoria, da família e do gênero na terceira idade.

O envelhecimento populacional, entendido por Berquó (1992) e Salgado (1980) como o crescimento da população idosa em uma dimensão tal que de forma sustentada amplia a sua participação relativa no total da população sendo originária principalmente da baixa taxa de natalidade e do aumento da longevidade, é visível e real no país.

¹ “As Universidades da Terceira Idade no Estado de São Paulo”. Resultado de pesquisa realizada num primeiro momento de aproximação com o tema deste trabalho, com o objetivo de construir uma visão geral das Universidades da Terceira Idade no Estado de São Paulo. Apresentada no X Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior, na cidade de Caxias do Sul-RS, no ano de 2007.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil confirmam essa realidade ao assegurarem que o crescimento populacional brasileiro está em torno de 16%, comparando os anos de 1991 e 2000, enquanto na faixa etária correspondente às pessoas com 65 anos ou mais, esse aumento atinge 40% (MARTINS e LIBÂNIO, 2003).

Referindo-se à cidade de Campinas, campo de estudo desta pesquisa, a população cresceu entre 14% e 15% e o seu envelhecimento chegou a 46% entre 1991 e 2000. Os resultados citados estão baseados no Censo do ano 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – sempre considerando idoso o indivíduo a partir dos 65 anos.

Com a oficialização do Estatuto do Idoso – Lei nº. 10.741 – em 2003, iremos aqui entender como idosas as pessoas com 60 anos de idade em diante, de acordo com a denominação estabelecida no Artigo Primeiro do próprio Estatuto.

Conforme pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP – realizada em 2004, no ano de 2025 a América Latina terá mais 180 milhões de habitantes somados aos 520 milhões já existentes, para os quais será necessário garantir condições de existência condigna. É nesse contexto que o Brasil observa as alterações em seu perfil demográfico, face ao crescimento do número de pessoas com mais de 60 anos.

Debert (2002) crê que o Brasil ocupará, em breve, a sexta colocação dentre os países com maior população idosa no mundo, e isso se comprova na pesquisa de Sinésio (1999), apresentada na tabela a seguir:

Países	Classificação (1950)	1950	1975	2000	2025	Classificação (2025)
China	1º	42	73	134	284	1º
Índia	2º	32	29	65	146	2º
Antiga U.R.S.S. ²	4º	16	34	54	71	3º
Estados Unidos	3º	18	31	40	67	4º
Japão	8º	6	13	26	33	5º
Brasil	16º	2	6	14	32	6º
Indonésia	10º	4	7	15	31	7º
Paquistão	11º	3	3	7	18	8º
México	25º	1	3	6	17	9º
Bangladesh	27º	1	2	6	16	10º

Tab. 2 – Idosos a partir dos 60 anos (milhões) – Fonte: World Health Statistics Annuais 1979/1982.

Percebe-se que em menos de um século o Brasil tende a aumentar em 16 vezes o número de sua população idosa, sendo considerado um dos mais acelerados crescimentos em todo o mundo, só comparável ao México e à Bangladesh.

Durante o Seminário Internacional sobre Atividades Físicas para a Terceira Idade, fórum qualificado com o objetivo de favorecer o intercâmbio e a comunicação entre pesquisadores, professores e discentes, Matsudo (2002), na sua exposição sobre o papel da atividade física para idosos nas políticas públicas, informa que a expectativa de vida do brasileiro até 2025 estará próxima de 80 anos para ambos os sexos.

Na virada deste século esse número aproximou os 68 anos no país e os 72 anos no município de Campinas, conforme índices divulgados por Martins e Libânio (2003). Aliás, o perfil do idoso campineiro é caracterizado em uma pesquisa feita por Martins de Sá no ano 2000, com alunos da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, da seguinte maneira: são 12% mais idosas do que idosos na cidade; 47% continuam ativos no mercado de trabalho; 38% recebem de aposentadoria até dois salários mínimos; 53% convivem com cônjuges ou filhos e 14% moram sozinhos; 46% procuram por consulta médica no

² União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

intervalo de um a seis meses; 73% compram seus próprios medicamentos; 54% se locomovem a pé ou de ônibus; 70% ocupam o tempo livre assistindo televisão, conversando com amigos, lendo ou praticando atividades físicas; 54% possuem baixo grau de escolaridade ou nenhuma instrução; e 12% são analfabetos. Entendo esses dados como um dos motivos que justificam a forte presença feminina na Universidade da Terceira Idade uma vez que há 12% mais mulheres que homens e que a maioria ativa no mundo do trabalho é composta por homens também, estando assim, a mulher, com maior disponibilidade de exploração do tempo livre.

Retomando a discussão anterior sobre o envelhecimento populacional brasileiro, este vem acarretando importantes repercussões aos campos social e econômico, uma vez que esse crescimento de idosos está passando a depender, por mais tempo, da previdência social e dos serviços públicos de saúde e assistência social que, além do Estado conceder esses benefícios muitas vezes de forma precária ao conjunto da população (NERI e CACHIONI, 1999; KATZ, 1988).

As mudanças na estrutura etária introduzem questões e desafios de ordem prática da maior relevância, posto que interferem tanto no volume total das demandas por serviços públicos nas diversas áreas e por emprego, quanto na caracterização e na estrutura dessas demandas. É necessário dispor de políticas públicas adequadas que possam garantir um mínimo de condição de qualidade de vida aos que atingem a terceira idade (NERI e CACHIONI, 1999; SALGADO, 1980).

Como forma de atender esta nova realidade, entidades governamentais e não-governamentais trabalham para a promoção de condições para um envelhecimento saudável mediante a criação de políticas que atendam as necessidades específicas desta população, visando a manutenção e a reabilitação de capacidades funcionais.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, desenvolve campanhas como o “Viver Mais e Melhor” em que foi elaborado um guia completo para a comunidade de como manter e melhorar a saúde e a qualidade de vida

dos idosos, oferecendo orientações sobre cuidados gerais, alimentação, atividades físicas, sociais e de cidadania.

Algumas secretarias estaduais em São Paulo propõem programas específicos de atendimento aos idosos: as Secretarias de Saúde, Cultura, Assistência e Desenvolvimento Social, Esportes e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Agricultura, Justiça, Trabalho e Educação, têm atuado de forma inter-setorial procurando garantir um atendimento integral e melhor adequado ao idoso (MATSUDO, 2002).

A política de atendimento preventivo no Brasil torna-se fundamental, pois não há o interesse para o próprio idoso, para a sua família, para o Estado e para eventuais serviços, em mantê-lo inativo em um leito hospitalar ou isolado em asilos, assim, a prevenção de doenças, de acidentes e de todas as circunstâncias que agridem o idoso, devem nortear toda e qualquer política com relação à terceira idade (SINÉSIO, 1999).

Conforme o cenário apresentado aqui, cabe agora uma discussão sobre a situação dos idosos no Brasil, relacionada aos baixos valores das aposentadorias e pensões, e a diminuição da possibilidade deles serem amparados pela família.

2.2.1 Aposentadoria

Segundo Salgado (1980), nas sociedades atuais a valorização excessiva da força de produção do homem colocou o idoso em posição inferior, principalmente nas sociedades urbanas industriais que designam o valor do ser humano na proporção direta do que sejam eles capazes de produzir.

A individualização do homem e o poder moderno que ele possui, criou o egocentrismo de uma sociedade que vive de imagens e de subestimar classes. O ser perdeu sua identidade, seus valores, suas preferências e passou a seguir o que lhe foi imposto. As mudanças ocorrem rapidamente e não é sempre que o

idoso sintoniza-se a tempo com os valores e as demandas da sociedade em que está inserido, havendo assim a perda de oportunidades.

Salgado (1980) ressalta ainda que as mudanças na função social do indivíduo podem ser traumáticas com a aposentadoria, uma vez que passa de trabalhador ativo para aposentado, de responsável por filhos menores a pai de filhos emancipados, de um grande círculo de relações a um pequeno grupo. Assim, os desafios gradativamente cessam, sem desafios não há reações, sem reações, a vida perde o seu grande sentido.

A aposentadoria é um marco no processo de envelhecimento, afastando o aposentado do mundo produtivo e enfraquecendo sua sociabilidade, que era construída a partir das relações de trabalho, além de deixá-lo em uma situação de disponibilidade e ociosidade. (VIEIRA, 1996; PEIXOTO, 1997).

A aposentadoria é conceituada por Silva (1987) como a ação na qual o empregador confere a seu funcionário a dispensa do serviço a que estava sujeito, embora prossiga pagando remuneração, ou parte dela, a que tem direito, como se estivesse em efetivo exercício de seu cargo. É uma idéia moderna, como afirma Skinner e Vaughan (1985), até tempos recentes as pessoas ao envelhecer diminuían progressivamente suas atividades profissionais ou optavam por uma tarefa com ritmo compatível às suas idades sem deixar o trabalho.

A aposentadoria tem sido a marca registrada da velhice e da inutilidade social, uma vez que a própria nomenclatura, isto é, aquele que fica no aposento, reflete isso claramente. De acordo com Salgado (1982), Santos (1990), e o Governo dos Estados Unidos da América do Norte (1995), a transição de um período ativo para outro sem motivações objetivas e reconhecimento social, com diminuição do padrão de vida e com exteriorizações físicas do envelhecimento, acarreta perdas significativas do status social e financeiro ao indivíduo (*apud* VERAS, 1999).

As implicações da aposentadoria na vida cotidiana do idoso levam-no à perda da auto-estima, à diminuição dos ganhos econômicos e, freqüentemente, à manifestação de enfermidades psíquicas e físicas (FRANÇA e SOARES, 1997).

Fraiman (1995) classifica a aposentadoria como desumana, pois sonega ao indivíduo grande parcela de seu valor social, apaga sua história e torna peça substituível no mundo da produção, restando um sentimento vazio, silencioso e amargo, pela perda dos vínculos com o trabalho, pelo desajuste em relação à família e pelo medo quanto ao futuro. A sociedade direciona o aposentado a um estado de distanciamento da vida econômica, da vida social, do contato e da identidade vital, e faz com que o indivíduo aposentado economicamente não exista ou exista apenas absorvendo recursos sem oferecer nada em troca. O aposentado é ignorado e desprezado por não fazer parte do processo de produção e estar fora do consumo mercantilista (SINGER, 1992; GAIARSA, 1986; ANGERAMI-CAMON, 1992).

Nas entrevistas que realizei com os alunos da Universidade da Terceira Idade, 50% deles frisam que foi após a aposentadoria que buscaram pelo programa; entendo que essa motivação está diretamente relacionada aos reflexos da aposentadoria como, a ociosidade e a própria falta do que fazer, a depressão e a “perturbação” de ou a outros membros da família.

2.2.2 Família

Dado a questão da aposentadoria, observa-se que o idoso pode também contar com o amparo familiar, afinal, a instituição família é responsável tanto pelo início quanto pelo fim da vida das pessoas.

Fraiman (1995) coloca que a família pode proporcionar uma acolhida saudável ao idoso, bem como, rejeitá-lo, dependendo da qualidade do relacionamento com o cônjuge, com os filhos e com outras pessoas que residam no mesmo ambiente.

A qualidade do relacionamento é salientada por Gaiarsa (1986) e Mazo (2001) ao afirmarem que um idoso esquecido ou com tratamento inadequado sugere uma vingança retroativa inconsciente por parte das pessoas do seu convívio. Os autores alertam também para o fato do idoso que construiu sua vida

no mundo do trabalho se deparar com problemas como a não adaptação aos seus familiares, o conflito de gerações, as divergências de comportamento e a escassez de relacionamentos sociais.

Outra situação comum que leva o idoso à solidão, de acordo com Comfort (1977), é que a vida nas metrópoles não permitiu a sobrevivência de grupos familiares numerosos como eram encontrados nos moldes judeus, chineses e italianos, onde uma ou mais pessoas sempre se responsabilizavam pelos cuidados com os mais velhos. Atualmente, a reunião em um só lar, com três gerações, pertence ao passado, os filhos crescidos, agora pais, não convivem constantemente com seus pais, agora avós e, os netos, antes em contatos frequentes com os avós, agora passam a ser visitas.

O envolvimento familiar dos alunos da Universidade da Terceira Idade foi investigado, a fim de que se pudesse perceber se tal distanciamento ocorria nesta situação. Foi possível detectar que a família é a primeira incentivadora dos idosos, tanto para iniciar quanto para cursar a Universidade da Terceira Idade, o que nos mostra haver aproximação entre aluno idoso e família.

Fica evidente que esse incentivo parte principalmente dos filhos. Alguns deles afirmam que é a partir da iniciativa dos filhos que eles chegam até o programa. A meu ver isso mostra uma preocupação dos familiares próximos com o futuro dos idosos, ao mesmo tempo em que os direciona a outros propósitos e ocupações. Reforço esta afirmação com a fala de uma entrevistada:

Todos em casa me incentivam muito, filhos e netos. Meus filhos pagam meu plano de saúde e colocam um pouco a mais para pagar o curso aqui e as viagens. Eles gostam porque me tornei mais jovem, mais sociável. Sinto que minha auto-estima aumentou. É como pegar uma criança fazendo traquinagem e colocar numa escolinha (ALUNA "D").

Essas mesmas discussões sobre aposentadoria e família serão tratadas a seguir na perspectiva do gênero na terceira idade, uma vez que há forte presença feminina entre o alunado do programa.

2.2.3 A Questão do Gênero na Terceira Idade

Nestas discussões todas é preciso destacar ainda as diferenciações de entendimento e vivência de cada um destes aspectos – família e aposentadoria – a partir do gênero a que o idoso pertence. Homem e mulher vivenciam diferentemente estas questões. Nos próximos parágrafos voltaremos nossa atenção às mulheres. Este privilégio torna-se necessário no trabalho pelo fato das mulheres ocuparem mais de 90% das vagas da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas.

Na visão dos alunos essa presença feminina em massa no programa está diretamente relacionada a dois fatores: a viuvez feminina e a acomodação masculina. Abaixo retrato a fala do único homem entrevistado que, discretamente, representa a tal acomodação citada pelas alunas: “a turma de homem é mais tranqüila; eles querem saber de jogar bola, baralho, e não querem saber de estudar até porque acham que estão no fim da vida” (ALUNO “F”).

Berquó (1992) explica a grande proporção de mulheres idosas em relação aos homens idosos afirmando que tal acontecimento se deve a alguns fatores como a redução da mortalidade materna em virtude da melhoria das condições de saúde, pelo modelo conjugal brasileiro onde o homem é mais velho do que a mulher, além do excedente de mulheres comum nos países em desenvolvimento. Estudos mostram que os homens têm esperança de vida menor o que faz a viuvez ser freqüente no caso das mulheres, além de irreversível, pois a sociedade rejeita, por questões culturais, a idéia de que a mulher idosa ou viúva se relacione novamente (PRATA e SAAD, 1992; VERAS, 1999).

Neste caso, as mulheres se descobrem com posturas diferentes dos homens e procuram manterem-se ativas socialmente como se expressa uma aluna entrevistada no trecho a seguir: “Penso que os homens morrem antes não é? Então, têm muitas viúvas que depois da morte dos maridos descobrem lugares para fazerem atividades, como eu descobri aqui” (ALUNA “B”).

No âmbito familiar a mulher na terceira idade, tida desde sempre como a “Rainha do Lar”, ou seja, que alcança uma valorização vinculada a normas sociais tradicionais, onde a fragilidade, a submissão ao cônjuge, a docilidade, a figura sempre presente em casa e com a responsabilidade pela educação dos filhos (MALAVAZI, 2002; MENEZES, 2000), começa a perder espaço e sentir-se ultrapassada, desnecessária e frustrada, pois suas atividades diminuem. Vê os filhos crescerem e, via de regra, adotarem modos de vida diferenciados do padrão desejado por ela ou ainda vê o marido permanecer ativo no trabalho.

Como se pode notar, a independência dos filhos e o estado de viuvez dissipam o conceito de “Rainha do Lar” provocando nas mulheres da terceira idade sentimentos contraditórios, vez que podem se conformar e tornarem-se idosas frustradas ou assumirem atitudes de autonomia e libertação. Pois como esta aluna mesmo diz “a partir dos quarenta, a mulher não tem idade pra parar [...]” (ALUNA “E”).

As mulheres que exercem atividades remuneradas fora do âmbito doméstico, quando se aposentam, geralmente, vêem este momento como uma oportunidade de decisão sobre suas vidas, isto porque não se ressentem da perda de status e mantém ativos os vínculos familiares e sociais, ainda que com novos contornos. Além disso, grande parte da população feminina se aposenta de atividades pouco estimulantes e com remuneração inferior, estando assim, menos vulnerável às questões de poder (FRAIMAN, 1995).

No entanto, há casos em que as mulheres vivenciam frustrações muito semelhantes àsquelas experimentadas pelos aposentados do sexo masculino. Pode-se depreender que isto ocorra quando o trabalho representa espaço de realização e alcança reconhecimento social como no relato a seguir:

Eu me aposentei, eu fui professora do Estado e me aposentei e estava meio perdida. [...] fiquei muito triste mesmo, não sabia o que ia fazer da vida, não tinha perspectiva nenhuma. Aí a minha irmã leu que ia abrir a Universidade da Terceira Idade em Campinas. [...] vim, me inscrevi, comecei e adorei. [...] todo aquele temor que eu tinha da aposentadoria, passou, foi embora, porque eu entrei aqui, comecei a ter uma nova vida, aquela vida ficou pra lá (ALUNA “A”).

A literatura apresenta uma visão negativa da aposentadoria, entretanto, como vimos acima, há pessoas que vêem na aposentadoria o início de um novo momento de vida, uma fase de novas ocupações e conquistas. Também, a aposentadoria não representa uma situação de pessimismo para muitos lares brasileiros, pois em virtude da dificuldade do jovem inserir-se no mercado de trabalho, do desemprego e da limitação financeira de algumas famílias, é o idoso que as mantém e sustenta.

Neste capítulo compreendemos a expressão terceira idade entre outras terminologias, bem como estabelecemos a atual situação dos idosos brasileiros e suas relações com aposentadoria e família. A seguir, verificaremos os objetivos e a organização dos processos educacionais na terceira idade, e como se dão os modelos de Universidade da Terceira Idade no Brasil e no Mundo.

3 PROCESSOS EDUCACIONAIS NA TERCEIRA IDADE

A educação é um processo contínuo vivenciado pelo ser humano, não só em contato com a escola, principal responsável por realizá-la, como também através das demais instituições sociais e agências educacionais. Com o amadurecimento, os campos biológico, psicológico, social e cultural, tornam-se amplos, aumentando a possibilidade de auto-educação do indivíduo de todas as idades e grupos sociais. Possibilitar aos idosos, oportunidades educacionais, é um empreendimento de valor social referenciado a uma filosofia sobre a velhice e sobre a educação à velhice (CACHIONI, 2003).

A educação para idosos pode ser refletida, conforme Neri e Cachioni (1999), por diversos aspectos que se correspondem. O mais comum é a negação da educabilidade desses indivíduos, baseada em argumentos fundados nos estereótipos de velhice improdutiva, incapaz e doentia, o que caracteriza a alegação da não compensação de investimentos nessa categoria etária, determinando assim a restrição de oportunidades para capacitação, treinamento e reciclagem.

Outro aspecto é dirigir a educação na tentativa do idoso desenvolver novos papéis, por meio de programas que o incentive e o prepare para participar ativamente na sociedade em que está inserido, propiciando melhor qualidade de vida para si e para seus companheiros de geração. A educação para os idosos possibilita também a integração das experiências e dos conhecimentos acumulados ao longo da vida, sob o ângulo das oportunidades de realização, enfatizando o desenvolvimento psicológico e espiritual.

Osorio (2005) alerta para o fato dos programas educativos não serem relacionados a uma volta à escola, como a infantilização dos idosos, onde aprendem conteúdos que não foram assimilados anteriormente. O autor reforça que a educação dos idosos deve assumir outras direções e se caracterizar como um processo no qual o aluno se interesse por ser protagonista de sua própria vida e dos problemas que o envolve.

Silva (1999) considerou alguns modelos de oportunidades educacionais para os idosos. O primeiro é destinado a idosos em fase de aposentadoria, que estabelecem cursos sobre a utilização do tempo livre para o lazer, sobre o planejamento financeiro e sobre a adaptação aos novos papéis sociais. O segundo voltado ao planejamento e ao gerenciamento pessoal, envolvendo aspectos como orçamento, nutrição e programas de exercícios físicos. Em um terceiro modelo, há um direcionamento aos idosos frágeis ou doentes, focando os cuidados com a saúde e as atividades que visam à preservação da memória. Em seguida, um modelo dirigido aos idosos que são responsáveis por outros idosos, orientando sobre os cuidados necessários. Um outro modelo destinado ao treinamento e a capacitação profissional àqueles que almejam o retorno ao mercado de trabalho. Por fim, um sexto modelo voltado ao desenvolvimento e ao enriquecimento pessoal por meio de cursos oferecidos em instituições de ensino superior.

Por um dos objetivos propostos encontrados nos materiais de divulgação do programa, onde se referem à reinserção social dos alunos através de relações próximas até o pleno exercício da cidadania, acredito que o primeiro, o segundo e o sexto modelos comentados neste parágrafo estejam presentes na Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, o que significa uma importante adequação do programa às necessidades educacionais dos idosos.

3.1 Objetivos da Educação na Terceira Idade

As atividades educacionais voltadas à inclusão social do idoso, ao desenvolvimento e/ou ampliação de sua auto-estima e à melhoria de sua qualidade de vida, estão correlacionadas, ou seja, são interdependentes sendo que o tratamento de uma destas questões interfere direta e/ou indiretamente na outra.

Educar os idosos é preservar e ampliar (em alguns casos) suas competências biológicas, psíquicas e sociais. Educar os idosos é garantir sua

autonomia e independência. Educar os idosos é investir na inclusão social, na auto-estima e na qualidade de vida. A seguir serão enfocados cada um desses temas separadamente a fim de aprofundar seu entendimento e poder avaliar melhor suas implicações nas propostas e nas práticas desenvolvidas pela Universidade da Terceira Idade.

3.1.1 Inclusão Social

A inclusão social do idoso desenvolvida em uma perspectiva sócio-educativa iniciou-se, de acordo com Borges (2003), na década de 1960, por meio do Serviço Social do Comércio – SESC, que elaborou as chamadas Escolas Abertas da Terceira Idade.

O principal objetivo dessas Escolas foi criar condições para que o idoso descobrisse interesses que o tornasse socialmente equilibrado, afastando as negativas manifestações sobre a velhice. Não havia diplomas ou pré-requisitos para admissão. As atividades exercidas baseavam-se no conceito de educação permanente. Para algumas dessas atividades eram elaborados módulos específicos como, por exemplo, o Programa de Preparação à Aposentadoria, voltado a adultos e idosos.

O programa, organizado na estrutura de seminário, abordava aspectos como: informações sobre condições de vida dos futuros aposentados, atribuindo-lhes formas de explorarem suas possibilidades, expectativas e desejos; alteração das visões negativas e pessimistas da aposentadoria, conscientizando sobre a necessidade de planejá-la; e engajamento dos aposentados no reconhecimento da educação permanente como ferramenta importante ao desenvolvimento psicossocial de suas vidas.

Foi implantado também pelo SESC um setor de estudos e documentação sobre o idoso projetando-o como um centro de pesquisas gerontológicas para acadêmicos e trabalhadores sociais (SINÉSIO, 1999).

Atualmente, em Campinas, o SESC desenvolve trabalhos voltados à terceira idade.

Posteriormente, a primeira Assembléia Nacional de Idosos, realizada em 1982, reuniu 2.200 idosos de todo o país na cidade de São Paulo, culminando com a inclusão de alguns parágrafos na Constituição de 1988, dedicados à conquista de direitos que pudessem refletir em melhoria da qualidade de vida na terceira idade.

Com o aprofundamento das discussões em torno do tema e a criação da Associação Nacional de Gerontologia, ampliando as áreas de atuação profissional junto a esse segmento, surgem a Política Nacional do Idoso – Lei nº. 8.842/94 – e no Estado de São Paulo, a Política Estadual do Idoso – Lei nº. 9.892/97 – que vigoram e retratam, respectivamente, em seus Artigos Décimo, Parágrafo Terceiro e Décimo Primeiro, Parágrafo Terceiro, as competências dos órgãos e entidades públicos na área da educação:

[...] adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto; incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento; desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequando-os às condições do idoso; apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

Neste trecho da Política Nacional do Idoso se evidencia a preocupação da sociedade com o seguimento, não só no que respeita à aceitação e inclusão social do idoso e sua qualidade de vida, mas também quanto à sua educação. O Estado brasileiro afirma que vale a pena investir na terceira idade e não mais a compreende como um setor pouco importante ou setor no qual o investimento representaria pouco ou nenhum retorno. Aposta ainda na possibilidade de que as

Instituições de Ensino Superior passem a investir na educação permanente e, especialmente àquelas envolvidas com pesquisa, na construção de conhecimento sobre o envelhecimento.

Tais intenções indicam mudança na postura da sociedade e do Estado na relação com os idosos e podem ser vistas como reflexo do processo de envelhecimento populacional e do aumento das expectativas de vida já destacadas neste trabalho. Esta tendência se evidencia também na Política Estadual de Atenção ao Idoso cujo teor pode-se conferir no trecho a seguir:

[...] promover seminários, simpósios, encontros, palestras, cursos e fóruns permanentes de debates, procurando educar a sociedade em relação ao processo de envelhecimento; estabelecer programas de estudo a pesquisa sobre a situação do idoso em parceria com os Poderes Públicos e a sociedade; desenvolver programas que preparem as famílias e a sociedade a assumirem seus idosos; incentivar a abertura das universidades aos cidadãos idosos e a criação de cursos de alfabetização para adultos; apoiar programas que eduquem a sociedade em geral a não discriminar o idoso; estimular a transmissão de mensagens educativas sobre os idosos em lugares públicos.

As Políticas apresentam características dos modelos inglês e francês de organização de Universidade da Terceira Idade. O modelo inglês representa as ações que provoquem a sociedade a aceitar e a contribuir com a terceira idade. O modelo francês caracteriza-se pelas ações diretamente voltadas aos idosos. Acredito que em ambos os casos fica evidenciada a preocupação e a intenção de incluir socialmente o idoso. E, as Universidades da Terceira Idade criadas, se colocam nesse contexto:

Tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade foram, desde o início, os objetivos da Universidade da Terceira Idade [...] (CACHIONI, 2003, p. 48).

Há na PUC-Campinas a promoção de variadas atividades educacionais para o idoso e para outras gerações a fim de se aprofundarem no tema envelhecimento. O que a Universidade da Terceira Idade poderia pensar, uma vez que não foi detectado nada semelhante, é em trazer a família dos seus alunos idosos para dentro da instituição, como uma resposta dos trabalhos desenvolvidos no interior da Universidade da Terceira Idade.

No município de Campinas foram propostas, nos últimos anos, políticas públicas visando à inclusão social do idoso por meio da educação. Dentre elas, merece atenção especial a Lei nº. 9.965/98, que dispõe sobre a regulação do Conselho Municipal do Idoso. Neste atuam alunos da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas como monitores em reuniões, fóruns, encontros e eventos regionais. Os mesmos participam também dos encontros da Associação de Universidades e Faculdades Abertas à Terceira Idade – ALFATI; da Pastoral Universitária, paróquias e outros grupos religiosos, como agentes multiplicadores do conhecimento adquirido no programa; de ONG's, como voluntariado e dos projetos sociais desenvolvidos pela Universidade da Terceira Idade.

3.1.2 Auto-Estima

Na visão de Branden (1999) a auto-estima pode ser compreendida como: uma sensação de capacidade para enfrentar os desafios impostos ao longo da vida; a disposição de sentir a si de determinadas formas; uma alternativa que o indivíduo dispõe para o seu comportamento.

Compõe-se pelos elementos auto-eficácia e auto-respeito. O primeiro elemento corresponde à certeza de eficiência mental própria da capacidade de pensar, logo, representando a confiança na capacidade de aprender, de optar por decisões e de reagir aos desafios. O outro elemento caracteriza-se pela percepção de que o êxito, o progresso e a realização, ingredientes da felicidade, cabem naturalmente ao próprio indivíduo, estando nítida a importância dessa autoconfiança para a sobrevivência.

Há seis processos essenciais no desenvolvimento da auto-estima: a atitude de viver conscientemente, a atitude de se auto-aceitar, a atitude de ter responsabilidade pessoal, a atitude de ter autoconfiança, a atitude de ter um propósito na vida, e a atitude de ter integridade pessoal.

Para Erbolato (2000) auto-estima significa gostar de si mesmo apreciando-se de modo genuíno e realista. Isso não evidencia um excesso de valorização da própria pessoa, de arrogância ou de egocentrismo, mas aceita suas habilidades e suas limitações. Este é o princípio da noção da própria identidade.

A identidade faz com que o indivíduo se perceba como um ser único, pelo seu corpo, pelas suas idéias, crenças, desejos e motivações, pelos valores morais e espirituais, pelo seu projeto de vida e pela sua maneira particular de enfrentar desafios, de lidar com problemas e de reagir diante de acontecimentos.

A construção da identidade significa diferenciar-se dos outros, entretanto, ela não surge de repente, exige tempo, crescimento físico e psicológico, e experiência de vida. A partir do momento que o indivíduo se diferencia dos outros, isto é, estabelece sua identidade, é natural formar uma imagem a seu respeito. É óbvia a impossibilidade de se ter uma opinião neutra. Sempre se baseia em algum tipo de valor. A essa auto-avaliação denomina-se auto-estima.

Em qualquer momento da vida, a auto-estima pode ser melhorada e adaptada à realidade, principalmente com o apoio de pessoas consideradas importantes para o indivíduo, servindo como modelos para sua auto-avaliação ou nas quais se referencia.

O professor falava: olha, vocês têm que pensar em vocês, em primeiro lugar vocês, quando as filhas e os filhos pedirem para olhar o fulano, digam hoje não, porque hoje eu tenho que ir à faculdade, eu tenho que ir ao cinema, hoje eu não posso, posso amanhã ou outro dia, mas hoje não, então, foi uma coisa que me marcou também porque ele sempre falava, e é verdade mesmo, pois a gente tem que pensar, já trabalhou tanto, a gente tem que pensar um pouquinho na gente (ALUNA "A").

No caso da auto-estima dos idosos, as pessoas podem auxiliar como o próprio modelo, sendo representantes de valores sociais e tendo um relacionamento significativo. É evidente a necessidade das pessoas na terceira idade contarem com estes modelos, uma vez que, as mudanças físicas, psicológicas e sociais, com o envelhecimento, direcionam o idoso à escuridão e, conseqüentemente, à distorção de sua auto-avaliação. A educação passa a ser então, imprescindível ferramenta na reconstrução da identidade do idoso e na melhoria de sua auto-estima. E fica ainda evidente no excerto acima a importância da educação permanente para o idoso. Aprender a vida toda não significa, neste caso, apenas um jargão, mas a representação mesma da necessidade de se adequar às situações que a nova condição que o idoso experimenta exige.

3.1.3 Qualidade de Vida

Qualidade de vida é uma terminologia aplicada ao indivíduo saudável referindo-se ao grau de satisfação com sua vida, nos seus múltiplos aspectos: habitação, transporte, alimentação, lazer, profissão, sexualidade, amor, relacionamento, liberdade, autonomia e segurança financeira (SILVA, 1999 *apud* ROLIM, 2005).

Qualidade de vida é definida por Diogo, Neri e Cachioni (2004), como a percepção subjetiva da pessoa sobre seu posicionamento na vida dentro do contexto da cultura, do sistema de valor em que vive e também com relação ao seu objetivo, expectativa, padrão e preocupação. Afirmam ainda que a qualidade de vida caracteriza-se em domínio funcional e domínio do bem-estar: no funcional, observam-se variáveis como capacidades físicas e cognitivas, tarefas básicas, atividades da vida diária e auto-avaliação do estado de saúde; e no bem-estar, encontram-se as variáveis de bem-estar corporal e emocional, de autoconceito e de percepção global de bem-estar.

Bós *et al* (2001), conceituam qualidade de vida como a capacidade para desempenhar atividades da vida diária, objetivando a satisfação. Os autores relacionam qualidade de vida com a sensação de bem-estar, de autonomia e de independência, porém, alerta que essas questões são individuais, pois os hábitos de vida e os comportamentos variam entre os idosos.

O conceito de qualidade de vida é produção histórica pressupondo, uma análise processual, uma dinâmica, a recuperação do específico e o respeito às condições conjunturais. Assim, ao tentar construir um conceito de qualidade de vida, busca-se determinar os atributos desejáveis a uma vida, feita da imbricação entre pessoas, instituições e sistemas sociais. Não se trata de definir sonhos e esperanças de um ser humano, mas de todos aqueles que vivem uma mesma história, seres que partilham o mesmo tempo em espaços construídos pela ação conjunta. Enfim, o ser que habita, que constrói e edifica sua própria morada está, neste processo de construção, também construindo indicadores de qualidade de vida. Ou seja, no viver, vai determinando formas e maneiras necessárias e essenciais ao ato mesmo de habitar o mundo. A conquista da qualidade de vida supõe a conquista do próprio existir, no sentido de estar-no-mundo, de forma compromissada com a vida mesma (FREIRE, 1993 *apud* STANO, 2001, p. 156-157).

Qualidade de vida na velhice é compreendida por Featherman, Smith e Peterson (1990), como um construto sócio-psicológico e processual, refletindo formas socialmente valorizadas e emergentes de adaptação às condições de vida que a sociedade oferece aos seus idosos. Narram também, que a promoção da qualidade de vida na terceira idade excede os limites da responsabilidade pessoal devendo ser vista como um empreendimento sociocultural, ou seja, uma velhice satisfatória não é um atributo do indivíduo social, psicológico ou biológico, e sim, resultado da qualidade da interação entre pessoas em mudança em uma sociedade com transformações (*apud* NERI, 2000).

Para Sá e Santos (2000), deve-se considerar uma série de elementos ao pensar no envelhecimento com qualidade de vida: o primeiro elemento é de ordem econômica; o segundo relaciona-se a providências que permitam a adaptação e o desenvolvimento do indivíduo por meio da educação contínua; e o

terceiro, diz respeito à plasticidade individual e social quanto às questões da velhice.

Percebo assim, que o programa auxilia no desenvolvimento da qualidade de vida do seu aluno através da melhoria ou manutenção da auto-estima. Dados coletados de auto-avaliações, as quais veremos detalhadamente no Capítulo 4, realizadas por alunos do programa mostraram as mudanças conquistadas, indicando que sentiam-se: mais felizes, otimistas, respeitados, aptos a enfrentar desafios, aceitos pela família, cientes dos próprios direitos, valorizados e confiantes.

Tais constatações denotam mudanças de atitude provocadas pela vivência na Universidade da Terceira Idade, evidenciando que o programa da PUC-Campinas atinge o idoso nas perspectivas de inclusão, auto-estima e qualidade de vida. Neste sentido, podemos concluir que o idoso incluso é um idoso direcionado a ampliação de sua auto-estima, sendo essa um passo fundamental na busca da qualidade de vida.

3.2 A Organização da Educação na Terceira Idade

A educação na terceira idade surge a partir de dois elementos: um é comum a toda organização educacional, ou seja, sua estrutura didática e curricular, outra diz respeito ao sujeito a ser educado – aluno. Neste sentido, as discussões sobre o conteúdo e o formato da educação dirigida aos idosos, bem como, a organização da formação de recursos humanos especializados no cumprimento dessas finalidades, compreendem um novo campo interdisciplinar, o da gerontologia educacional. Além deste novo campo, nos atentaremos a seguir sobre a educação gerontológica, a educação permanente e a educação continuada, a fim de detectarmos em qual posição a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas predominantemente se enquadra ou mais se aproxima.

3.2.1 Gerontologia Educacional e Educação Gerontológica

A expressão gerontologia educacional foi usada de forma inédita no ano de 1976, na Universidade de Michigan, por David Peterson, no contexto de um curso de doutorado em gerontologia, que a compreendeu como uma tentativa de aplicar o conhecimento sobre educação e envelhecimento objetivando a melhoria da vida dos idosos.

Segundo Cachioni (2003), o teórico classifica os conteúdos da gerontologia educacional em três áreas: educação para os idosos, educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos, e formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos. A primeira classificação refere-se aos programas educacionais voltados às necessidades dos idosos, considerando suas características. A segunda abordagem diz respeito aos programas educacionais como um espaço entre as diferentes gerações, possibilitando aos jovens repensarem suas idéias sobre a velhice e sobre seus próprios processos de envelhecimento. Por fim, a terceira área trata da capacitação de profissionais para a prestação de serviços focados à terceira idade e à formação de pesquisadores.

A gerontologia educacional é o próprio campo para investimento nas capacidades, atitudes e habilidades dos idosos, visando à promoção de sua qualidade de vida. A educação gerontológica guarda estreita relação com a gerontologia social, especialmente no que tange aos fundamentos das políticas e práticas sociais em relação aos idosos, à prática da defesa dos direitos à cidadania pelos próprios idosos e à mudança de atitudes sociais em relação à velhice (NERI e CACHIONI, 1999, p. 127).

Glendenning, treze anos depois de Peterson, baseado em definições educacionais usadas na Inglaterra, propôs nova divisão às categorias da gerontologia educacional. Um segmento, com o mesmo nome, gerontologia educacional, responsável pelos processos de aprendizagem dos idosos, e o outro, educação gerontológica, direcionado à formação de recursos humanos em

gerontologia e ao oferecimento à sociedade de informações sobre o envelhecimento (CACHIONI, 2003).

Essa mudança na proposta anterior de Glendenning ocorreu por constatarem que os paradigmas tradicionais da gerontologia educacional eram conservadores, assim, quando direcionados à prática, conduziam os idosos à domesticação ao invés da autonomia e da emancipação.

Surge então, a gerontagogia, uma ciência educacional interdisciplinar tendo o idoso, em situação pedagógica, como objeto de estudo. Trata-se de um projeto educativo e moral, o qual se acredita diminuir o afastamento institucional do idoso, além de atribuir-lhe a relevância que tem como indivíduo e como parte de um grupo.

Esta nova gerontologia educacional crítica estabelece alternativas que promovem a autoconsciência do idoso sobre seus direitos, sua qualidade de vida, sua auto-realização e seu papel social (LEMIEUX, 2000; MARTINEZ, 1998; PORTERO, 1999 *apud* CACHIONI, 2003).

3.2.2 Educação Permanente e Educação Continuada

No contexto da literatura internacional, referindo-se à educação de idosos, encontra-se o termo *lifelong education*, traduzido como educação permanente. De acordo com o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, preparado às Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, uma educação permanente dirigida às necessidades da sociedade não se restringe a um período da vida, mas permite aprender ao longo de todo o curso da vida, de maneiras cumulativa, interativa e constante, levando as pessoas, desde a infância até morte, a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si próprios (DELORS, 1996 *apud* NERI e CACHIONI, 1999).

A educação permanente é fundamental à adaptação do idoso que necessita acompanhar o acelerado processo de mudanças sociais e tecnológicas. Já a educação continuada, refere-se à educação convencional de adultos, sendo assim, destina-se ao prolongamento do sistema escolar ao longo de toda a vida, conforme exigências da sociedade (GIUBILEI, 1993 *apud* NERI e CACHIONI, 1999).

A educação continuada introduz a nova concepção do fato educativo global, que passa a se popularizar como educação permanente. A educação permanente é gênero e as educações continuada, formal, informal, aberta, à distância, são espécies, sendo assim, a educação continuada pertence à educação permanente (FREIRE, 1986).

O projeto pedagógico da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas apresenta e caracteriza o programa na perspectiva da educação permanente, com o qual concordo por considerar que o programa leva o idoso a refletir seus valores, suas ações e suas contribuições, dentro de um processo participativo, e permite ao aluno um acúmulo de conhecimento constante, principalmente quando este aluno dispõe do direito de prosseguir neste mesmo após concluir os créditos necessários à certificação.

A seguir discutiremos sobre os modelos de organização das Universidades da Terceira Idade, bem como, conheceremos alguns dos principais programas brasileiros.

3.3 Surgimento das Universidades da Terceira Idade

Segundo Peterson (1990 *apud* CACHIONI, 1998), os movimentos de educação para adultos acabaram por incentivar as primeiras atividades educacionais voltadas aos idosos. Conforme o interesse, a escolaridade e a ociosidade, os idosos passaram a participar de cursos de alfabetização e em atividades recreativas e culturais. Não é de hoje que a terceira idade procura na educação o espaço necessário para exercer seus direitos.

Nos Estados Unidos, os programas educativos direcionados aos idosos foram oferecidos a partir do século XVIII, por meio de programas de educação continuada. Havia, na época, a preocupação com o desenvolvimento da cidadania em virtude de interesses governamentais, e com a compreensão religiosa. Desta forma, o aprendizado da leitura e da escrita resultava na participação dos indivíduos nas decisões da Nação e no entendimento da Bíblia.

Em 1.727, Benjamin Franklin, então presidente norte-americano, formou um grupo de adultos e idosos, denominado *Junto*, que durante trinta anos se encontrava semanalmente para discutir situações relacionadas à sociedade e à comunidade. No século XIX, nasceu o *Lyceum*, um programa educacional para adultos e para idosos, tendo como objetivo principal, transmitir conhecimentos aos habitantes de pequenos municípios rurais. Na mesma época é fundado o movimento *Chautauqua*, responsável por desenvolver atividades musicais e teatrais, conferências, discussões e estudos para membros de diversas igrejas, que conseguiu atingir um grande número de pessoas aposentadas pelo fato do programa ocorrer durante o verão.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na década de 50, a Universidade de Chicago e a Universidade de Michigan passaram a investir, por meio de uma parceria com empresas dessas regiões, em cursos de preparação para a aposentadoria. Nos anos 70 e 80 realizaram-se pelas diversas regiões estadunidenses, programas de treinamento para o trabalhador idoso, conferências e publicações na área da gerontologia, e o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento de programas orientados aos alunos idosos se propagou por todo o país.

Os efeitos dos movimentos internacionais para promover a educação permanente começaram a ser sentidos pelas instituições educacionais. A população estadunidense consentiu com o fato de viver em uma sociedade onde as diferentes faixas etárias necessitavam continuar expandindo seus conhecimentos e suas habilidades. Esses programas educacionais fortaleceram a capacidade do idoso em crescer e se desenvolver, valorizando o potencial de cada indivíduo.

Conforme Vellas (1997 *apud* CACHIONI, 2003), surgiu na década de 1960, na França, país com tradição em educação de adultos, um programa pioneiro aos aposentados, denominado Universidade do Tempo Livre, cujos objetivos eram ocupar a ociosidade das pessoas que gozavam da aposentadoria e favorecer as relações sociais entre as mesmas. A proposta não era de educação permanente e sim uma promoção de atividades ocupacionais e lúdicas.

A Universidade do Tempo Livre foi então a precursora das Universidades da Terceira Idade que viriam a se estruturar, de forma inédita, em 1973, na Universidade de Toulouse, através do professor de direito internacional, Pierre Vellas. Para tal, o criador recorreu à pesquisa sobre os programas de estudo relacionados com o envelhecimento em universidades européias e americanas, aos trabalhos de organizações internacionais e às políticas voltadas à velhice, desenvolvidas nos países industrializados.

Após consulta à literatura disponível e visitas a hospícios, alojamentos e pensões de aposentados, Pierre Vellas percebeu que as oportunidades oferecidas eram quase inexistentes. Assim, compreendeu que a universidade deveria voltar sua atenção aos idosos, propiciando-lhes atividades intelectuais, artísticas, físicas e de lazer.

A finalidade era o atendimento à população que usufruía os benefícios sociais e econômicos do Pós-Guerra. Comparado às gerações anteriores, essa população dispunha de uma esperança de vida maior, de uma qualidade de vida melhor e da necessidade de ocupar o tempo livre (CACHIONI, 1998).

Boa parte das estratégias que embasaram a definição das atividades foi traçada a partir da história e dos dramas pessoais dos estudantes. Os problemas de alguns eram, na verdade, amostras de uma realidade generalizada: solidão, mania por remédios e médicos, isolamento, depressão, doenças. Por meio dessas observações e efetuando pesquisas em parceria com profissionais da área médica gerontológica, Vellas se convenceu de que muitos processos patológicos tinham como origem o problema da exclusão social (CACHIONI, 2003, p. 48).

Peixoto (1997) afirma que a significativa procura dos idosos resultou no crescimento do programa que passou assim, a desempenhar o papel de centro de pesquisas gerontológicas. As atividades educativas, que passaram a receber suporte institucional, sustentavam-se nos conceitos de participação e de desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento.

Dois anos após a criação do programa de Pierre Vellas, em 1975, foi instituída, de acordo com Swindel e Thompson (1995, *apud* CACHIONI, 1998), a Associação Internacional de Universidades da Terceira Idade – AIUTA – órgão reconhecido pela ONU, OMS, entre outras organizações internacionais.

No início da década de 1980, período que a AIUTA já contava com aproximadamente 200 instituições de ensino associadas, as Universidades da Terceira Idade elaboraram programas educacionais amplos, específicos aos aposentados escolarizados, passando os alunos, a desempenhar um papel ativo nas pesquisas universitárias (LEMIEUX, 1995; PEIXOTO, 1997 *apud* CACHIONI, 1998).

Este crescimento numérico significou também a riqueza de práticas reportando a um aperfeiçoamento que estimulou a diversificação de modelos de organização de Universidades da Terceira Idade.

3.3.1 Modelos de Organização das Universidades da Terceira Idade

O admirável e veloz crescimento das Universidades da Terceira Idade na Europa, na Ásia, na Oceania e nas Américas do Norte e do Sul, demonstrou dois estilos de programas aceitos por diversos países: o modelo francês e o modelo inglês. É importante frisar que esses dois estilos influenciaram o surgimento de outros três modelos: o canadense, o sul-americano e o chinês.

O modelo francês tem suas bases no sistema tradicional universitário daquele país e privilegia o segmento mais velho da população sem, contudo, se fechar às outras faixas etárias preocupadas com o envelhecimento ou em busca de oportunidades de educação continuada. Os cursos, as oficinas de trabalho, os grupos de estudos e outras modalidades oferecidas são diversificados e abertos, compostos de conteúdos e metodologias próprias, centradas no modelo da educação continuada daquele país. Soma-se a eles o acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, especialmente nas áreas de ciências humanas e artes (PACHECO, 2003, p. 223-224).

Os programas de Universidade da Terceira Idade, estruturados no modelo francês, também chamado de modelo Vellas ou de modelo da Europa Ocidental, voltava-se ao atendimento de aposentados precoces, donas de casa, desempregados e indivíduos com desvantagens educacionais. Conforme ocorriam mudanças nas ênfases do programa, as nomenclaturas sofriam alterações como: universidade para o lazer, universidade para o tempo livre e universidade inter-idades (FEDERICI, 2006). São encontrados em países como Itália, Portugal e Bélgica, focando alguns objetivos: atualização cultural, instrumentalização do idoso, visão crítica da velhice, desenvolvimento de ações e pesquisas que incluam ajuda mútua e organização de atividades de interesse popular. Informações sobre sociologia, teologia, história, idiomas, literatura e artes, são transmitidas através de corpo docente universitário (FLORENZANO, 1991 e SWINDELL e THOMPSON, 1995 *apud* CACHIONI, 1998).

O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, baseando-se no ideal da auto-ajuda. A certeza de que todos os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam norteou a criação de um espaço de troca, dentro das universidades, entre os mais velhos e os mais jovens. Essa interação de conhecimentos das pessoas envolvidas no projeto aumentaria as relações interpessoais, através do contato com seus semelhantes, e levaria a uma ação integrada dos profissionais mais velhos e dos mais jovens. Seria esperado, a partir dessa integração, o desenvolvimento de projetos comuns com a colaboração profissional, a integração com a universidade, com a sociedade. Essa experiência criaria oportunidades aos participantes para manutenção da sua competência e do sentimento de autovalorização de forma mais prolongada e constante (PACHECO, 2003, p. 224).

Já o formato do modelo inglês, conhecido também como modelo anglo-saxão, resultado da modificação do modelo francês, estabelece que os participantes do programa possam atuar como professores ou alunos uma vez que a experiência de vida confere aos idosos amplo nível de conhecimentos que devem ser compartilhados, visando benefícios à instituição, aos demais idosos e aos jovens. Apontam-se os seguintes itens na estrutura deste programa: nenhuma restrição acadêmica ao ingresso; horários, currículos e métodos flexíveis; facilidade no acesso em virtude das atividades serem realizadas em prefeituras, bibliotecas, centros comunitários, escolas e domicílios; e baixo custo aos alunos, ao contrário do modelo francês que apresentava um alto custo aos participantes (FEDERICI, 2006). Pode-se encontrar o modelo inglês norteando as Universidades da Terceira Idade na Grã-Bretanha e nas Repúblicas da Irlanda e Tcheca. São programas flexíveis que englobam atividades educacionais, culturais, físicas e recreativas, levando em conta as características e as necessidades de cada grupo, e buscando-se criar um espírito de independência e dignidade desses indivíduos, aposentados em sua maioria (SWINDELL e THOMPSON, 1995 *apud* CACHIONI, 2003).

A estrutura do modelo canadense dispõe de professores universitários, em atividade ou aposentados, que desenvolvem aulas, seminários, discussões em grupo, debates, workshops com resultados práticos, visitas e palestras. Os estudantes da terceira idade participam do planejamento do programa e na escolha dos seus professores. Este é considerado um estilo que cruza as propostas dos modelos francês e inglês.

O modelo chinês oferece uma diversidade de possibilidades educativas, indo desde a formação básica até uma específica formação artística aos alunos mais avançados. A preocupação é com a manutenção e o desenvolvimento da cidadania e da harmonia corporal, bem como a valorização cultural. Na China, os governantes admitem ser a educação permanente a melhor forma de auxiliar os cem milhões de idosos chineses na adaptação às mudanças sociais. É, aproximadamente, meio milhão de alunos distribuídos em 400 Universidades da Terceira Idade. Em algumas regiões, os programas são extremamente prestigiados, atraindo professores com alto nível de formação acadêmica. Em localidades consideradas pequenas, são oferecidos cursos de

alfabetização aos idosos. Os alunos, geralmente trabalhadores e camponeses aposentados, recebem e trocam informações sobre: gerontologia, psicologia, saúde, higiene, política, ciências naturais, ciências sociais, poesia, inglês, teatro, caligrafia chinesa, pintura, fotografia, dança, arte culinária, jardinagem e esportes. Ao término do programa, os idosos são submetidos a um exame, recebendo um diploma de conclusão.

A caracterização do modelo sul-americano se aproxima muito a do modelo francês. Tanto na América do Sul quanto na Central, cuidar da educação das pessoas idosas, inclusive as mais necessitadas, é uma grande preocupação das instituições de ensino superior que, através de programas de alfabetização e das próprias Universidades da Terceira Idade, conseguem atingir resultados positivos impressionantes (FEDERICI, 2006). Este modelo se iniciou em 1983, por intermédio de professores uruguaios do Instituto de Estudos Superiores de Montevideu. Esse programa, integrante da AIUTA e pioneiro na América Latina, aberto a idosos com qualquer grau de formação escolar consiste: na recuperação dos valores moral, social e econômico do idoso, na promoção da saúde física e psíquica e do bem-estar social por meio da educação, na capacitação do idoso visando o retorno ao mercado de trabalho, no acompanhamento dos avanços tecnológicos e das transformações que ocorrem no mundo, e na investigação dos processos de aprendizagem através da educação permanente. São assuntos abordados: história da cultura, filosofia, psicologia, comunicação, poesia, teatro, expressão corporal, canto, idiomas, ciência, saúde e artes. Através do programa, o aluno se liberta dos seus medos e de suas inibições e inseguranças, dando espaço a sua autenticidade (BAYLEY, 1994 *apud* CACHIONI, 2003).

3.3.2 Programas Brasileiros

O primeiro programa brasileiro de Universidade da Terceira Idade, estruturado no modelo inglês, aconteceu em Florianópolis, no ano de 1982, por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo os objetivos de realizar estudos e pesquisas, divulgar

conhecimentos técnico-científicos sobre o envelhecimento, auxiliar na formação de recursos humanos e promover o cidadão idoso (CACHIONI, 1999 *apud* PACHECO, 2003).

O modelo francês surgiu, pela primeira vez, no interior de São Paulo, em Campinas, em 1990, através da Pontifícia Universidade Católica, no programa Universidade da Terceira Idade (MARTINS DE SÁ, 1996 *apud* PACHECO, 2003).

Baseado nos estudos de Pacheco (2003), pode-se afirmar que a maioria dos programas universitários destinados aos idosos brasileiros seguem o modelo francês, centrando suas atividades em programas de educação permanente, tornando-se um espaço de relacionamento, de ocupação do tempo, de estudos e de atualização, por meio de cursos regulares ou estruturados conforme o perfil dos alunos.

No ambiente universitário, além das iniciativas do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, e da Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, outras surgiram por todo o país. Atualmente, há também em Campinas, um programa de Universidade da Terceira Idade denominado Idade Ativa, desenvolvido pelo Centro Universitário Salesiano, durante quatro semestres, com uma proposta de educação continuada visando melhoria da qualidade de vida, resgate da auto-estima e da autoconfiança, reinserção social do idoso, entre outros aspectos (UNISAL, 2008).

As Universidades da Terceira Idade significam ao idoso brasileiro a oportunidade para reencontro ou redescoberta de seu potencial, de se situar como cidadão ativo e participante, recuperando sua auto-estima e mostrando à família e à sociedade sua capacidade de pensar e agir por si próprio e sua luta na conquista dos seus direitos, objetivos e metas (NETTO, 2001).

Conforme Erbolato (1996), a proliferação dos programas de Universidades da Terceira Idade, paralelamente com o crescimento dos movimentos organizados de aposentados, refletem alguns dos indicadores de que a velhice vem adquirindo espaços cada vez maiores no Brasil.

Vejo as Universidades da Terceira Idade como importantes precursoras às novas atividades e atendimentos voltados aos idosos. O que começou com a abertura das portas dessas Instituições de Ensino Superior, hoje reflete na imprensa, no comércio, na política e nos serviços em geral.

4 UNIVERSIDADE DA TERCEIRA IDADE: O CASO ESTUDADO

Após termos discutido a caracterização da terceira idade, a situação dos idosos brasileiros, os processos educacionais voltados a esse público e os modelos de Universidades da Terceira Idade, faremos aqui uma apresentação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do seu programa denominado Universidade da Terceira Idade e, paralelamente, uma discussão a partir da voz dos sujeitos envolvidos na pesquisa e dos documentos coletados.

Os documentos analisados foram: o projeto pedagógico do programa, publicações relativas à organização da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, materiais usados para divulgação e também algumas auto-avaliações respondidas pelos alunos das turmas de 1990 e 1999. Usando da entrevista semi-estruturada, dez pessoas responderam aos questionamentos: seis alunos, três professores e uma representante da coordenação da Universidade da Terceira Idade.

Aos alunos coube responder o seguinte roteiro: como soube do programa? Ao longo desses anos, houve uma disciplina, uma palestra, ou também, um professor que a marcou de alguma forma? Considera adequada a infra-estrutura que a PUC oferece para este programa, os acessos, as salas de aula? Os professores estão preparados para lidar com a terceira idade? Como analisa a presença feminina entre os alunos do programa? O que diria a uma pessoa disposta a iniciar um programa como este? Como a família a vê participando da UNATI? Que sugestões poderia fazer pensando na qualidade do programa? O que pensa sobre o preço das mensalidades do programa?

Os professores foram submetidos a outro roteiro: qual sua experiência profissional com a terceira idade antes de lecionar no programa? O que te motivou a trabalhar no programa? Considera adequados a infra-estrutura e os recursos materiais e didáticos para ministrar as aulas no programa? Os objetivos da sua disciplina foram alcançados? Acredita que sua disciplina possa ter mudado algo na vida dos alunos? Considerando o aluno da terceira idade houve necessidades de adaptações na didática? De que tipo? Houve crescimento

profissional ao participar do programa? Que sugestões poderia fazer pensando na qualidade do programa?

Para a coordenação do programa foi utilizado o seguinte roteiro: como se encontra o curso? Como se deu a idéia e o início do programa? Sobre as nomenclaturas: a universidade é da terceira idade, é para a terceira idade, ou é aberta à terceira idade? E quem é a terceira idade? Tanto os objetivos quanto a estrutura curricular sofreram mudanças ao longo desses dezoito anos? Como se dá a relação entre alunos de classe econômica e grau de instrução diferenciados? As promulgações da Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) interferiram no andamento do programa? Há relação entre os cursos da PUC-Campinas, graduação e pós-graduação, e a Universidade da Terceira Idade? Como a PUC-Campinas apóia administrativamente o programa? Considera adequados a infra-estrutura e os recursos materiais e didáticos utilizados no programa? Considera importante que a coordenação do programa esteja presente em sala de aula? O que falta para se ter o “Programa dos Sonhos”? O que espera do futuro das Universidades da Terceira Idade brasileiras? Como observa a ação do Ministério da Educação nesta questão?

Este capítulo foi construído buscando-se compreender a caracterização da Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, bem como, seu objetivo, seu currículo, sua infra-estrutura, seus professores e seus alunos a partir da perspectiva da inclusão social, da qualidade de vida e da auto-estima.

4.1 A Terceira Idade e a PUC-Campinas

Faz-se imprescindível neste momento visualizar a PUC-Campinas para que se possa, posteriormente, contextualizar o seu programa de Universidade da Terceira Idade. Para isso, será usada aqui a obra “Uma História Muitas Vidas”, organizada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006), que relata os 65 anos de sua história.

Segundo o disposto na obra, no início da década de 1940 a cidade de Campinas, ao substituir seu perfil agrário pela industrialização e por outros serviços, rumava para se tornar uma cidade importante do Estado de São Paulo e do Brasil. Nesta época havia poucas instituições de ensino superior no país e, a maioria delas, se encontrava nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Faculdade no interior era algo inimaginável, entretanto, em 1941, por meio das ações do Bispo de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto, nasce a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, caracterizada pela reunião de dois estabelecimentos de ensino médio da Diocese, a Academia de Comércio São Luís e o Colégio Diocesano Santa Maria. Essas duas escolas eram responsáveis por formar grande parcela de alunos dispostos a prosseguirem no ensino superior, porém, algo possível somente aos estudantes que se deslocassem à capital.

O ponto de partida da inédita instituição de ensino superior de Campinas seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras denominada depois como Faculdades Campineiras, que funcionaria em um casarão no centro da cidade, casarão esse responsável por abrigar a Universidade da Terceira Idade.

O Conselho Nacional de Educação autoriza o funcionamento de nove cursos: Filosofia, Geografia e História, Letras Neolatinas, Letras Clássicas, Letras Anglo-Germânicas, Matemática, Pedagogia, Ciências Políticas e Sociais, e Ciências Econômicas.

Resolvidas as questões legais e o local para funcionamento, a preocupação passava a ser com a infra-estrutura material e com um corpo docente de qualidade. Muitos professores provinham dos quadros da Universidade de São Paulo.

Dom Barreto não consegue ver seu sonho materializado, pois morre antes da realização do primeiro vestibular da instituição, em 1942, que contava com 233 candidatos disputando 280 vagas oferecidas. Os cursos se iniciam e muitos alunos da instituição passam a ser contratados por escolas da região, antes mesmo da formatura, para suprirem a ausência de professores da rede

pública de ensino, uma vez que a maior parte de seus cursos formavam basicamente para a docência.

As dificuldades desde a implantação das Faculdades Campineiras são superadas e o crescimento torna-se visível entre os anos 1940 e 1950, com a criação de outros cursos e faculdades: Biblioteconomia, Odontologia, Direito, Serviço Social e Enfermagem.

Neste período a Igreja determina a concentração de esforços para a criação da Universidade Católica em São Paulo. A Fundação São Paulo, sediada na capital do Estado, responsável pelo projeto, une seis instituições de ensino superior para conseguir os cursos exigidos à sua existência: as Faculdades Campineiras; a Faculdade de Filosofia do Mosteiro de São Bento; a Faculdade Paulista de Direito; a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais Coração de Jesus; a Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero; e o Instituto Sedes Sapientiae. É criada, assim, a Universidade Católica de São Paulo.

Em 1956, apesar de alguns membros da Igreja não concordarem em ter duas Universidades Católicas no mesmo Estado, as Faculdades Campineiras recebem o reconhecimento canônico da Santa Sé e passam a se chamar, oficialmente, Universidade Católica de Campinas, admitida dois anos depois na Federação Internacional das Universidades Católicas, em Roma. Por ser a primeira universidade fora das capitais, a instituição representou a abertura da interiorização do ensino superior brasileiro.

Neste momento expansivo da instituição, Sua Santidade o Papa Paulo VI constitui a Universidade Católica de Campinas em Universidade Pontifícia, sendo denominada então como Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Este título significava que a instituição seria regida também pelas normas canônicas na esfera da Sé Apostólica.

A instituição cresceu e teve que buscar novos espaços para funcionar. Depois de algumas tentativas é construído o *campus I*, o maior dos três *campi* existentes.

O crescimento da PUC-Campinas teve um preço: o início dos anos 1980 é marcado pelo enfraquecimento financeiro da instituição. Para resolver o problema alguns imóveis foram vendidos para quitação de débitos e se começou uma grande reestruturação administrativa em todos os setores da Universidade, minimizando as despesas o máximo possível.

Neste contexto de reestruturação, surge a figura do projeto pedagógico. Partindo do esgotamento da reforma universitária dos militares o projeto tinha por finalidade redescobrir a identidade da instituição católica de ensino superior. A prioridade passa a ser a formação humana integral e não apenas a formação profissional para o mercado de trabalho.

Apesar das reestruturações a crise foi longa, mas finalmente superada. A instituição cresceu e se diversificou criando novos cursos e investindo em pesquisa, extensão e pós-graduação. Destaca-se a criação dos mestrados em Educação e em Urbanismo, e o doutorado em Psicologia.

Ao iniciar a década de 1990 a Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas implanta um projeto pioneiro no país: a Universidade da Terceira Idade.

A ampliação e modernização de suas instalações, a implantação da nova estrutura organizacional universitária, a revisão dos projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação, a elaboração do plano de desenvolvimento institucional, e a titulação progressiva do corpo docente, entre outras ações, formam um conglomerado de transformações determinantes para a qualidade atual da instituição. É neste contexto de instituição de tradição reconhecida regionalmente que se insere a Universidade da Terceira Idade.

4.2 A Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas

Em 1990, a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, caracterizada como um curso de extensão e atualização cultural iniciou seus

trabalhos após estudos a respeito das condições psicossociais dos idosos campineiros, realizados oito anos antes, pelo Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social da Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

A experiência que a PUC-Campinas adquiriu ao longo desses anos com a Universidade da Terceira Idade, tem sido de fundamental importância na consolidação de um modelo visando a criação de outros programas voltados à terceira idade e na abertura do seu espaço a pesquisadores da área do envelhecimento humano (CACHIONI, 1999 *apud* VITAL, 2002). A visão da autora é compartilhada por Martins de Sá (2005, p. 11), ao afirmar que as:

[...] instituições universitárias brasileiras e estrangeiras têm buscado, através de iniciativas de seus alunos, professores ou administração superior, uma aproximação com o curso, no sentido da realização de pesquisas, estágios, convênios culturais ou busca de assessoria técnica na área da gerontologia, da educação social e do serviço social.

Neste sentido, atividades de extensão foram desenvolvidas como, por exemplo, o curso de formação para liderança, o grupo de contadores de história, a colaboração no encontro multidisciplinar sobre o envelhecimento humano na sociedade contemporânea, as apresentações culturais em organizações sociais da região, o intercâmbio com uma instituição de ensino superior no município paulista de Rio Claro, cidade com grande população de idosos, visando a organização de mais uma Universidade da Terceira Idade, e as palestras proferidas decorrentes da experiência da PUC-Campinas.

No setor das pesquisas, diversos projetos foram e são desenvolvidos sobre e na Universidade da Terceira Idade, em nível de graduação e pós-graduação. No Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas foram encontradas duas dissertações tratando dos professores e da organização curricular da Universidade da Terceira Idade. Também foram detectadas outras pesquisas em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na própria PUC-Campinas e

em outras instituições³ abordando temas relacionados à saúde e utilizando os alunos da Universidade da Terceira Idade como sujeitos destas pesquisas.

Como pôde ser observado o programa de Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas constitui-se referência para a organização de outros programas e se torna objeto de interesse para pesquisadores, interagindo diretamente com e na comunidade.

4.2.1 Caracterização

Os dados coletados evidenciam que a Universidade da Terceira Idade surgiu como um curso de extensão universitária, por meio de uma ação coletiva entre representantes e professores da PUC-Campinas, baseado em uma pesquisa que mostrava a situação social do idoso campineiro na época.

Os programas de Universidade da Terceira Idade tiveram uma ascensão rápida no país, o que denotou uma demanda reprimida dos idosos onde bastou se criar uma proposta coesa e objetiva dentro de uma instituição universitária para que esse público endossasse a nova idéia, fato que se evidenciou também no caso estudado.

O projeto pedagógico inicial considera a Universidade da Terceira Idade uma atividade acadêmica e sócio-política voltada a um público específico da população local e regional, no caso, as pessoas de meia-idade e da terceira idade (MARTINS DE SÁ, 1991).

No transcorrer desta pesquisa, observando a fala de alguns sujeitos, bem como alguns documentos, pôde-se perceber que a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas era denominada ora como um curso de extensão, ora como um projeto e ora como um programa. Esta constatação fez-me indagar:

³ UNICAMP; UNESP.

qual, afinal, a caracterização da Universidade da Terceira Idade: curso, projeto ou programa?

Por curso de extensão entende-se a unidade integral de ensino-aprendizagem que tem por finalidade proporcionar a aquisição de conhecimentos exigidos no domínio de um assunto, constituído pela articulação de conteúdos na aplicação de metodologias, técnicas de ensino e avaliação de resultados (BELLINASO, 2005).

A coordenação da Universidade da Terceira Idade, bem como seu projeto pedagógico, trata esta atividade como sendo um curso de extensão universitária e atualização cultural. Caracteriza-se como curso também pelo fato de estar, inicialmente, vinculado à Faculdade de Serviço Social, sendo uma possibilidade extensionista. Atualmente, não responde mais à Faculdade de Serviço Social e sim ao Núcleo de Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, o que reforça a idéia de curso de extensão.

Pensando na caracterização da Universidade da Terceira Idade enquanto projeto e na duração do programa em um ano e meio, Marino (2003) destaca que projetos são atividades ofertadas por um determinado período.

Cohen e Franco (2003) também debatem essa questão afirmando que projetos são empreendimentos planejados caracterizados pelo conjunto de atividades relacionadas entre si e coordenadas para atingir objetivos específicos respeitando orçamento e período de tempo.

A estrutura curricular da Universidade da Terceira Idade, dividida cronologicamente em três semestres, indica que se trata de um projeto organizado e com finalidades bem claras e prazos de integralização dos conteúdos pré-estabelecidos.

Já os programas, de acordo com Cohen e Franco (2003), são conjuntos de projetos que buscam os mesmos objetivos. Para Marino (2003) programas são atividades oferecidas continuamente.

Osorio (2005), em seu trabalho sobre os programas sócio-educativos com idosos na Espanha, explica que os programas não são atividades ocasionais

bem como, também não são projetos circunstanciais, todavia, são projetos que permanecem no tempo de forma estável. Dentro da perspectiva educacional, o autor prossegue enfatizando que os programas são caracterizados por uma denominação e um marco institucional consolidado e socialmente reconhecido.

Ao observarmos a possibilidade de permanência e de seqüência que a Universidade da Terceira Idade possibilita aos seus alunos, visto que há idosos matriculados desde 1990, compreendemos que esta longevidade alcançada pelo projeto pode levar à compreensão de que se trata de um programa. Um aluno presente no curso há dezoito anos e que ali permanece, provavelmente vivenciou desafios, obteve superações e alcançou objetivos distintos dentro da Universidade da Terceira Idade superando o escopo de um projeto, pois de outra forma seria difícil pensar em sua permanência por tanto tempo repetindo as mesmas atividades.

Essa suposta renovação de objetivos, somada à afirmação de Osório faz concluir e caracterizar a Universidade da Terceira Idade como programa, pois os projetos têm uma vida mais curta e os cursos de extensão não poderiam ter tal renovação e continuar sendo o mesmo curso. O aluno não se matricula para participar de um curso ou de um projeto com a informação que a duração será de dezoito anos, pois não é esta a proposta, mas a prática o faz adquirir tais características para alguns de seus alunos. Para boa parte, no entanto, constitui espaço de criação de vínculos duradouros.

Nós até temos uma turminha da primeira turma que todo ano a gente se reúne no fim do ano. E a gente faz uma reuniãozinha na casa de alguma pessoa, em uma casa maior, e faz um almoço. [...]. A gente organiza as lembrancinhas para dar para todos e a gente passa uma tarde muito gostosa, com todo mundo alegre, todo mundo contando como passou o ano. A gente ainda continua com essa amizade, desde 1990. Alguns já se foram, infelizmente, mas a gente continua aquele grupo unido, é muito bom (ALUNA "A").

O fato de se caracterizar como projeto, curso ou programa não desvincula a Universidade da Terceira Idade, pioneira no ramo, de seu

pertencimento às ações de extensão da Instituição. Disto pode-se depreender que a própria Instituição de Ensino Superior reconheceu a importância da questão muito antes das congêneres e concebeu um programa que explicita características de sua natureza comunitária.

Pioneirismo, valores históricos, ser maior que projeto pela longevidade, extrapolar um simples curso de extensão, não ter objetivos que se resumem a certificação, função social de inclusão, de melhoria da qualidade de vida e trabalho com auto-estima, fazem a Universidade da Terceira Idade adquirir dimensões muito peculiares. Em síntese, e buscando expressar reconhecimento desta natureza, chamarei de programa, mesmo compreendendo as dificuldades para uma caracterização exata.

4.2.2 Objetivos

O programa, moldado na estrutura francesa proposta por Pierre Vellas, foi construído segundo pressupostos relativos à: universidade; questões sociais à terceira idade; e políticas sociais à terceira idade (MARTINS DE SÁ, 1998).

Os pressupostos relativos à universidade consideram que: é de responsabilidade da instituição de ensino superior a crítica teórica rigorosa sobre as questões sociais; a universidade constitui-se em um espaço privilegiado ao intercâmbio, à complementação, à influência e a modificação entre a Instituição e os órgãos da sociedade política, a sociedade civil e os movimentos populares.

Aqueles pressupostos referentes às questões sociais à terceira idade indicam que: essas questões inserem-se na totalidade histórico-social expressando suas contradições e determinações; o progressivo distanciamento das necessidades do idoso em relação às políticas sociais; a situação do idoso na realidade do país.

E, os pressupostos referentes às políticas sociais à terceira idade apontam que: essas políticas privilegiam a constituição da cidadania; as

mudanças qualitativas nas políticas sociais dependem de propostas hegemônicas resultantes de relações recíprocas entre organizações sociais, acadêmicas e científicas, e organizações populares.

Tais pressupostos formaram o contexto definidor dos objetivos iniciais do programa que se tornou referência de discussão para as Políticas de Atenção ao Idoso delineadas na década de 1990 e início dos anos 2000.

Os objetivos do programa a partir de então foram promover a educação permanente e estimular a inserção social dos idosos. Para tal utilizou-se um trabalho interdisciplinar voltado à comunidade.

O depoimento da coordenação do programa apresentado a seguir é elucidativo deste processo:

A Universidade da Terceira Idade ajudou a impulsionar, antes do Estatuto, a Lei 8.842 que propõe a Política Nacional do Idoso. Você vai verificar nessa Política Nacional o item referente às universidades da terceira idade. Isso foi uma contribuição muito grande deste curso da PUC. Nós participamos ativamente das discussões e o fato das universidades da terceira idade estarem explodindo no Brasil todo, levou então a essa contribuição específica na Lei 8.842. O Estatuto do Idoso retoma, fala novamente em Universidade da Terceira Idade como direito, então você vê que foi uma conquista dos próprios idosos. A contribuição foi daqui para lá e não a interferência de lá para cá. Agora, em termos da LDB, [...] ela é muito clara privilegiando aí a extensão, acho que também é uma contribuição no outro sentido, a PUC tem dado uma contribuição muito rica, muito grande, em termos de extensão universitária e a Universidade da Terceira Idade está nesse pacote (COORDENAÇÃO).

As afirmações da coordenação sobre Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso e LDB em relação com os pressupostos apresentados anteriormente parecem indicar que se buscou cumprir os objetivos iniciais do programa nos dezoito anos de sua existência. Esta longevidade também pode servir indicar que os objetivos da Universidade da Terceira Idade para com seus alunos e à comunidade têm sido atingidos mesmo que em parte.

4.2.3 Currículo

Martins de Sá (1998) explica que no programa se oportuniza um currículo organizado em três níveis semestrais subseqüentes considerando: o idoso como um ser pluridimensional e unitário; a possibilidade de se aprender a unidade ou a totalidade na dialética entre as partes e o todo; a compreensão da natureza interdisciplinar inerente à gerontologia; a oportunidade de articular conteúdos, técnicas e instrumentos; e a ocupação do espaço universitário.

O primeiro nível aborda a atualização cultural, a integração, a identidade pessoal, a sensibilização e a proposta para um novo projeto de vida. O segundo nível responsabiliza-se pelo aprofundamento e pela preparação para formar círculos de estudos e possíveis monitores. O terceiro e último nível foca as relações entre gerações.

Todos os níveis do curso são rodeados por módulos didáticos interdisciplinares, estruturados sobre a base de várias disciplinas científicas, não havendo hierarquia entre eles. São eles: aspectos biológicos do envelhecimento; aspectos psicossociais da terceira idade; o idoso e a sua situação sócio-econômica e legal; a cultura na terceira idade; educação física, recreação e lazer na terceira idade; a organização político-social na terceira idade; vivência na terceira idade; e estágios supervisionados.

O módulo que trata dos aspectos biológicos do envelhecimento procura explicar o processo básico do envelhecimento em suas características fisiológicas, genéticas e imunológicas, e a nível celular, abrangendo também a saúde e a sexualidade na terceira idade, a compreensão do corpo e do tempo e as políticas sociais no campo da saúde.

O módulo dos aspectos psicossociais da terceira idade destina-se às questões de personalidade, comportamento, atitudes e aptidões, alterações sensoriais e perceptivas, angústia, ansiedade, stress, relações humanas, comunicação e psicopatologia.

O módulo do idoso e a sua situação sócio-econômica e legal visa situar o idoso em seu contexto por meio de temáticas relacionadas à demografia e à economia, explicitando a legislação voltada à velhice e as políticas sociais contemporâneas.

A cultura na terceira idade é um módulo que estuda a cultura e a evolução humana, jornalismo, artes, música, teatro, dança, folclore, tradições, filmes, turismo, ecologia, informática e engenharia.

Já o módulo sobre educação física, recreação e lazer na terceira idade refere-se a um conjunto de conhecimentos destinados à manutenção da saúde e da forma física na terceira idade, bem como, busca-se orientar a ocupação do tempo livre através da manifestação lúdica.

O módulo da organização político-social na terceira idade possibilita a elevação do grau de consciência crítica e de mobilização, participação e organização social do idoso enquanto cidadão.

O módulo referente à vivência na terceira idade contribui na análise de experiências cotidianas do idoso enfocando as vidas: familiar, política, moral, cívica, artística, científica, cultural, ocupacional e religiosa.

Para terminar, o módulo dos estágios supervisionados preocupa-se com a orientação de atividades práticas de qualquer natureza, realizadas pelo aluno na própria PUC-Campinas, nos projetos comunitários, nas organizações populares e em outras instituições.

É importante frisar que esta estrutura modular não vigorou durante todos esses anos. Dias (2000) constatou em sua pesquisa que no final dos anos 90, influenciado pela relação receita/despesa, o programa substituiu as aulas formais por freqüentes palestras, o que, segundo a autora, desmotivou os alunos refletindo isso em parcial abandono, mostrando assim a necessidade dos alunos em criar vínculo com o profissional que ali estava para ministrar seu conteúdo.

Entendo que as palestras perdem a essência da organização de uma aula, distanciando o idoso da proposta e prejudicando inclusive a construção das atividades em grupo.

Além desses oito módulos que contemplam os três níveis semestrais do programa aplicados entre segundas e quartas-feiras, há também na organização curricular durante terças, quintas e sextas-feiras, as atividades optativas que compreendem as oficinas, as atividades culturais, sócio-recreativas e religiosas, e os cursos de aprofundamento permanente onde se reúnem alunos de diferentes cursos, períodos e turmas.

As oficinas ofertadas atualmente são: informática, internet, português, inglês, espanhol, coral, dança, oficina do corpo, postura e beleza, relações interpessoais, jogos recreativos, contadores de história, oficina instrumental, entre outras sugeridas no transcorrer do programa.

A coordenação reforça que o projeto pedagógico e a organização curricular flexível são aspectos importantes do programa onde um processo avaliativo e participativo dos alunos vai apontando as possíveis mudanças ou interferências visando atender os interesses dos alunos, sem perder de vista o eixo comum.

O projeto pedagógico vem sendo aprimorado, porém, procura-se manter a mesma proposta. A meu ver o projeto pedagógico é o mesmo desde o início, o que difere são os próprios apontamentos dos alunos em termos de assuntos a serem trabalhados, bem como, as orientações ao corpo docente em ministrar aulas com inovação e ineditismo, adjetivos esses que resultam na motivação à permanência e assiduidade no programa.

Os alunos são considerados por seus professores como sujeitos de conhecimento, seres capazes de aprender e como pessoas que merecem respeito e consideração como fica evidenciado no trecho a seguir, onde o docente se coloca claramente numa postura Freireana (FREIRE, 1996) de estabelecimento de diálogo com os alunos e com o conhecimento:

Quando o educador toma a palavra na sala de aula, ele o faz em relação com os alunos. Parte da situação dos alunos, de suas vidas, de seus interesses, especialmente dos temas que os envolvem e que os problematizam. O diálogo, o respeito, a história de vida expressam a riqueza do conteúdo que vai sendo trabalhado, refletido, criando uma relação de intencionalidade professor-aluno. É nesta relação que se fundamenta o sentido dos alunos estarem ali, discutindo a sua prática existencial (DOCENTE "A").

A organização curricular busca construir módulos a partir das necessidades e interesses dos idosos indicados em avaliação do programa. Os temas indicados em uma destas avaliações são apresentados a seguir a fim de buscar identificar as relações destes com os objetivos expressos para os módulos.

Nestas avaliações os alunos optam por cinco dos diversos núcleos temáticos ofertados. Para alunos do primeiro nível há as opções: o processo biológico do envelhecimento; aspectos médico-sociais na terceira idade; odontologia na terceira idade; nutrição na terceira idade; aspectos psicológicos da terceira idade; o idoso na realidade brasileira; literatura e terceira idade; turismo e terceira idade; música; criatividade na terceira idade; informática; trabalho e ocupações na terceira idade; auto-conhecimento; conhecimento do outro; a relação idoso-família; o idoso e seu relacionamento social; as leis de proteção à terceira idade; aposentadoria; educação continuada; memória histórica; as limitações, o potencial e as possibilidades da pessoa idosa; a organização social e política na terceira idade; e voluntariado na terceira idade.

Para os alunos do segundo e terceiro níveis encontram-se algumas alterações de opções: o processo biológico do envelhecimento; aspectos médico-sociais na terceira idade; odontologia na terceira idade; nutrição na terceira idade; primeiros socorros; fisioterapia; aspectos psicológicos da terceira idade; dinâmica de grupo; o idoso na realidade brasileira; educação continuada ou educação permanente; literatura e terceira idade; letras: português, inglês, espanhol, francês; turismo e terceira idade; música; criatividade na terceira idade; informática; ecologia; filosofia; história geral; sociologia; trabalho e ocupações na terceira idade; e geografia.

Nas respostas dadas pelos alunos das turmas de 1990 e 1999, que fazem parte dos sujeitos desta pesquisa, constatei que o primeiro item 'aspectos biológicos do envelhecimento' de todos os níveis acima é o núcleo temático mais citado, o que mostra a preocupação dos idosos com as naturais mudanças fisiológicas e seus possíveis impactos na vida pessoal, familiar e social.

Para finalizar a questão curricular, entendo ser necessário também repensar algumas práticas dentro do programa, principalmente a Educação Física. Apesar do programa, sutilmente, contemplar a Educação Física, a Recreação e o Lazer, como conteúdo modular, ficam nítidas nas auto-avaliações e nas falas de alguns alunos entrevistados, a necessidade de se explorar melhor a temática Educação Física.

Os alunos mostram extrema preocupação com aspectos biológicos do envelhecimento, o que reforça ainda mais a necessidade do programa em buscar maior proximidade com a Educação Física.

A Recreação e a Dança vivenciadas no programa têm, naturalmente, seus valores lúdicos, culturais e físicos, porém, a Educação Física, com sua riqueza de possibilidades, me faz acreditar que os alunos do programa, dentro do limite físico individual, possam experimentar outras vivências.

4.2.4 Infra-estrutura

No começo, as atividades da Universidade da Terceira Idade eram desenvolvidas no Instituto de Letras da PUC-Campinas, em virtude da facilidade da acessibilidade do idoso pelo fato do prédio contar com elevador. Entretanto, o sucesso do programa fez as turmas se multiplicarem e o espaço tornar-se insuficiente. Assim, houve a necessidade de mudança para o prédio central da instituição, local que recebe a terceira idade até hoje (DIAS, 2000).

Em uma ocasião, o programa chegou a ser oferecido em outro *campus* da Instituição, distante do centro da cidade, fato que culminou com uma baixa

procura, o que o fez retornar ao *campus* central. “O que eu mais gosto aqui é o acesso aqui no centro da cidade. É ótimo” (ALUNA “D”).

Coordenação, docentes e alunos acreditam que o curso tende a progredir com sua sede continuando na região central da cidade. Experiências realizadas no Campus I foram extremamente negativas. A questão da locomoção é fator determinante no sucesso do curso.

É importante reforçar que essa é uma característica desse programa. Tive uma experiência também no interior de São Paulo, onde a Faculdade da Terceira Idade localizava-se em bairro afastado o que não impediu o acesso e o sucesso das atividades.

Entendo que, pelo fato do programa ter iniciado e permanecido na região central por muitos anos, qualquer mudança nesse sentido levaria a um desconforto por parte dos alunos.

Sobre a estrutura, detectei que a Universidade da Terceira Idade dispõe de prédio com amplo pátio, copiadora, aconchegante auditório, higienizados sanitários adaptados às possíveis limitações físicas dos idosos, agência bancária, além de salas de aula espaçosas. Os recursos didáticos da graduação encontram-se também à disposição da Universidade da Terceira Idade.

Dentro das possibilidades da própria Universidade acredito que o programa recebe o apoio necessário para o seu desenvolvimento. Acredito que são oferecidas ao programa as mesmas condições que tem os outros cursos da PUC (DOCENTE “A”).

Os alunos e o corpo docente indicam satisfação não só com a localização central, mas também com a estrutura: “as salas agora estão boas, todas modernas, ventilador e tudo” (ALUNA “A”).

Como itens cabíveis à mudança, classifico as escadarias de acesso ao auditório e a outros espaços da instituição e a estreita e pequena sala de

recepção, cujas funções são executadas por uma secretaria. “Têm alunos que não querem subir escada, têm outros que não ligam” (ALUNA “B”). “Eu não me importo com as escadas, subo bem, mas têm alguns alunos que reclamam [...] lembro de um momento que as aulas foram lá embaixo por causa de uma aluna cadeirante” (ALUNA “C”). É importante frisar que quando me refiro à mudança, não significa necessariamente uma interferência de ordem estrutural.

Fica evidente que para os alunos o acesso à Universidade da Terceira Idade na região central de Campinas é visto positivamente pelos alunos. Muitos deles residem próximo, há meio de transporte público, além da facilidade para alguém da família levar e/ou buscar.

4.2.5 Docentes

Uma pesquisa do Programa de Mestrado em Educação da PUC-Campinas realizada em 2003 constatou o perfil dos professores atuantes na Universidade da Terceira Idade. Os dados mostraram no corpo docente a presença marcante de mulheres entre 50 e 70 anos, muitas delas com formação acadêmica em Serviço Social e com treze anos ou mais atuando no programa. A maioria dos professores vê os alunos como motivados, envolvidos e questionadores. Para o corpo docente, o ato de lecionar para esse público significa um importante momento de troca de experiências (OLIVEIRA, 2004).

A Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas conta com quase cem professores e coordenadores de diversas áreas do conhecimento. No biênio 2004-2005 houve a participação de 90 professores que ministraram aproximadamente 585 horas-aula (MARTINS DE SÁ, 2005).

No programa há docentes internos e externos à PUC-Campinas. O perfil aguardado desse professor é que ele tenha interesse e sensibilidade natural para lidar com alunos da terceira idade, bem como, conheça aspectos básicos da gerontologia e do envelhecimento (MARTINS DE SÁ, 1991).

Este perfil esperado torna-se utópico a partir do momento que observo nas entrevistas com os professores que nenhum possuía experiências anteriores com esse público, sequer formação específica, entretanto, cabe ressaltar que a qualidade dos professores em se adaptarem a novos cenários pedagógicos faz com que essa agravante não se torne motivo de depreciação do programa, mesmo porque, muitos destes professores, pelo fato de lecionarem por vários anos no programa, construíram suas experiências profissionais com a terceira idade na convivência com os próprios alunos.

No corpo docente, os alunos entendem as diferenças existentes entre os professores, mas os vêem de forma positiva no programa, dispostos a aprenderem também com o público da terceira idade. Isto se confirma pela fala dos professores ao relatarem que os testemunhos de vida dos seus alunos e as riquezas dos encontros com eles, os eduquem de alguma forma, e também pela fala de algumas entrevistadas sobre os professores do programa: “a gente não sente a idade que tem porque os professores não discriminam” (ALUNA “E”).

Olha, a meu ver, [...] são ótimos [...]. Às vezes tem um comentário e eu falo, olha gente, para mim eu não vejo nada. Se aquela aula não é aquela coisa maravilhosa, mas a gente sempre tira alguma coisa, eu sempre tiro, então, para mim, eu não posso falar nada, são sempre ótimos, desde que começou o programa (ALUNA “A”).

Como sugestão oferecida pelo corpo docente do programa, acredita-se que a PUC-Campinas necessite explicitar a partir de sua missão e objetivo a importância de ter em seus quadros este programa e de se comprometer ainda mais para a continuidade do mesmo.

Outra preocupação docente é que os professores do programa tenham amor com aquilo que estão propondo aos idosos. Estas propostas docentes somadas a um excelente relacionamento com seus alunos da terceira idade, fazem do professor uma possibilidade de caminho para que o aluno se inclua socialmente, melhore sua auto-estima e atinja a qualidade de vida.

4.2.6 Alunos

A coordenação do programa fez, recentemente, uma caracterização do alunado da Universidade da Terceira Idade. Aproximadamente 90% dos alunos são aposentados ou vivem do rendimento do cônjuge.

Foram encontrados alunos de outros municípios e a faixa etária obedece ao proposto pelo projeto pedagógico, uma vez que há pessoas matriculadas a partir de 45 anos, o que se coloca em acordo com o que estabelece a OMS para a caracterização das pessoas de meia-idade.

Nas entrevistas realizadas especificamente para este trabalho houve equilíbrio nas opiniões dos alunos quando questionados sobre as onze mensalidades de R\$ 115,00 da Universidade da Terceira Idade; para alguns considerando fora do orçamento e para outros não representando problema. Reduzir o custo a zero para os alunos não vejo como algo cabível, mas creio ser possível repensar outras formas para se equilibrar receita/despesa do programa, por exemplo: criação de convênios com associações ou empresas voltadas a terceira idade ou financiamento de órgãos governamentais.

É prática consagrada no programa realizar anualmente auto-avaliações, cujos resultados de algumas destas foram utilizadas nesta pesquisa. Na auto-avaliação, composta por quinze questões, foi possível observar itens pertinentes aos alunos. A seguir, verificaremos uma destas questões, submetida a sessenta alunos das turmas de 1990 e 1999, com a resposta encontrada.

Qual o motivo que o levou ao curso? As duas respostas mais assinaladas por ambas as turmas foram: “atualizar conhecimentos”; e “conviver com pessoas da mesma idade”. Considero que fica evidente a preocupação com a revigoração da auto-estima. Buscar novos conhecimentos e compreender o ser da mesma faixa etária torna-se atributos para que os alunos se encontrem nesta nova fase da vida. É também o que se pôde comprovar com nas entrevistas realizadas, senão vejamos:

Eu fiquei viúva, estava muito triste e daí a minha filha foi na médica dela e a médica comentou da Universidade da Terceira Idade à minha filha e falou para que eu procurasse saber. Vim, estou alguns anos, muito feliz e até desfilo na oficina de moda que tem aqui (ALUNA “B”).

A Universidade da Terceira Idade não pode ser considerada elitista, pois mais de 50% de seus alunos se encontra na faixa econômica de um a três salários mínimos. A diferença financeira entre eles resulta também em uma diferença cultural e até de grau de instrução.

Neste sentido, o curso foi iniciado em 1990 com duas turmas divididas por escolaridade: uma turma com alunos alfabetizados e com primeiro grau completo e outra turma de alunos com segundo grau e ensino superior completo. Ao perceber que os professores aplicavam os mesmos conteúdos às duas turmas, e que a qualidade do aprendizado era semelhante, optou-se por unificar as turmas a partir do semestre seguinte da inauguração.

Caberia aqui uma longa discussão sobre elite, entretanto, percebo que a PUC-Campinas enquanto instituição tradicional na cidade carrega consigo esse estigma de elitismo. Quanto à reorganização das turmas por grau de instrução vejo que essa modificação foi necessária, não só pelo próprio conteúdo aplicado, mas também, em virtude dos objetivos do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por pesquisar a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas não surgiu meramente ao acaso, foi reflexo da experiência adquirida ao longo dos últimos seis anos. Nesse período tive a oportunidade de implantar um projeto de Faculdade da Terceira Idade no interior do Estado de São Paulo, bem como produzir alguns artigos científicos apresentados em congressos tanto de âmbito nacional quanto internacional.

Minhas experiências profissionais e acadêmicas com Universidades da Terceira Idade foram contributivas para me aproximar do objeto e da obtenção de produtos possivelmente marcados pela qualidade teórico-metodológica que determina o rigor científico em pesquisa. Investigar contextos envolvendo pessoas, e suas relações, exige alto grau de envolvimento com o problema estudado e de comprometimento com a fidelização, a validade e a aplicação dos resultados encontrados.

Apesar deste trabalho estar inserido em um quadro de dúvida, principalmente em relação às possibilidades de generalização, trata-se de um caso pioneiro e exemplar que merece ser conhecido e estudado. Assim, a problematização voltou-se à percepção dos valores e dos aspectos incutidos na perspectiva da Universidade da Terceira Idade enquanto referência nacional de trabalho educacional com idosos. No estudo utilizou-se análise documental e entrevistas semi-estruturadas com professores, alunos e coordenação do programa.

A proposta em um primeiro momento foi compreender as principais características das pessoas que estão na terceira idade, focando as seguintes categorias: idade, envelhecimento, velhice, maturidade, idoso e terceira idade. Os estudos realizados possibilitaram concluir que o público da terceira idade é composto por pessoas que se encontram em fase de aposentadoria, o que em nosso país se dá por volta dos 60 anos, mesma idade dos idosos, definida por Lei.

Entretanto, no programa da PUC-Campinas, o atendimento se dá a pessoas a partir dos 45 anos, ou seja, não são apenas os idosos aposentados que são alunos, pessoas da meia-idade ou classificadas também como maturidade, participam da Universidade da Terceira Idade, deixando assim evidente dois indicativos: a preocupação com o processo natural do envelhecimento e a possível preparação das pessoas que estão se aproximando da terceira idade; e a característica comercial para sustentação financeira do programa, abarcando um número de alunos maior.

Ao mesmo tempo considero positiva essa mescla de faixas etárias diferenciadas, atingindo um distanciamento de mais de meio século, uma vez que há no programa pessoas com 45 até 100 anos de idade. Nessa situação acredito que exista uma valorização maior das pessoas com mais idade que passam a ser referência àquelas pessoas que estão se aproximando da terceira idade.

Procurou-se também nesse estudo retratar a realidade social do idoso brasileiro, discutindo aspectos diretamente relacionados a esta situação, como a aposentadoria e o relacionamento familiar. Viu-se que a aposentadoria e a ociosidade que esta nova fase da vida destas pessoas idosas impõe são determinantes na busca pela Universidade da Terceira Idade. O fim de um expediente leva o idoso à inquietação por não se sentir mais produtivo.

Apesar disso, percebi que os homens na terceira idade pouco procuram o programa, representando menos de 10% dos alunos matriculados, talvez pelo histórico de vida de cada gênero ter sido moldado com diferentes características que não o motivem. Nesse sentido, penso que a Universidade da Terceira Idade poderia estruturar ações para atrair ou incentivar a participação dos homens idosos, uma vez que a longevidade masculina também tem crescido significativamente. Não é possível se resignar à explicação dada pelas alunas do Programa ao justificarem a escassa presença de homens como derivada da acomodação masculina nessa faixa etária.

O programa, por sua excelência e pioneirismo, pode inovar e se constituir em forma de atenção aos interesses masculinos, das inquietações pós a aposentadoria. Fica aqui a sugestão de uma futura pesquisa ou discussão sobre

as necessidades do homem idoso para um programa de Universidade da Terceira Idade.

No caso específico das mulheres, que compõem a quase totalidade do alunado do programa, verificou-se que a aposentadoria e as ausências de filhos e marido as direcionam ocupar o tempo com as atividades do programa. Acredito que as mulheres vêm e encontrem na Universidade da Terceira Idade a possibilidade de satisfação das vontades de preencherem o tempo livre, de se subtraírem do cotidiano do lar e de se dedicarem e cuidarem de si próprias.

Em um segundo momento, buscou-se contextualizar a Universidade da Terceira Idade dentro das possibilidades educacionais destinadas ao público idoso e dos modelos de programas existentes – desde a iniciativa pioneira desenvolvida por Pierre Vellas na realidade francesa do pós-guerra – a fim de compreender mais precisamente suas características.

No meu modo de ver, o modelo francês, no qual se espelha o programa da PUC-Campinas, prioriza muito mais o ser idoso do que o modelo inglês. Isso, somado às necessidades do idoso brasileiro, principalmente na década de 1990 quando se fortaleceram as discussões sobre os interesses da velhice, norteou uma positiva identificação desse modelo com a terceira Idade no Brasil, identificação esta que permanece na atualidade.

A Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas é caracterizada na perspectiva da educação permanente e atua positivamente na inclusão social, na auto-estima e na qualidade de vida do idoso. Estes três conceitos funcionaram como categorias organizadoras das reflexões realizadas ao longo do trabalho.

A inclusão social do idoso se inicia no respeito às suas próprias experiências vivenciadas. Neste sentido, é perceptível o papel de inclusão social no qual o programa estudado direciona o idoso, valorizando a trajetória de vida de seus alunos e possibilitando a atualização de conhecimentos, a participação em ações junto à comunidade, o desenvolvimento de potencial criativo, o resgate de talentos inatos, a integração na sociedade exercendo a cidadania, a participação junto ao Conselho Municipal do Idoso buscando garantir os interesses dos idosos

na cidade, além de passeios e excursões que também fomentam as relações sociais.

Essas oportunidades transmitem ao idoso confiança e segurança em si e em suas atitudes perante a família e a sociedade. O aluno da Universidade da Terceira Idade sente-se feliz e valorizado por fazer parte do programa, sente-se motivado e útil para com os colegas de aula e na comunidade que vive. Essas sensações todas resultam na conseqüente melhoria de sua auto-estima. Relaciono então a auto-estima com o fato dos alunos permanecerem no programa por vários anos: é uma forma de enriquecer a auto-estima mantendo-a ativa em uma fase da vida considerada socialmente e fisiologicamente como uma fase de perdas.

Uma vez determinado que a Universidade da Terceira Idade permite a inclusão social do idoso, bem como, a melhoria de sua auto-estima, é possível indicar que o programa contribui para a qualidade de vida do seu aluno. Este, com as experiências vivenciadas no programa, principalmente compreendendo os outros alunos, desenvolve em si a satisfação por situações antes não prazerosas, como a própria aposentadoria e o relacionamento familiar. Estabelecendo novas amizades e com o interesse em permanecer e se esforçar para continuar ativo no programa, o idoso aprende sobre a sua fase de vida, compartilha idéias com semelhantes e conhece novas possibilidades.

Este trabalho bem-sucedido do programa da PUC-Campinas se modela pela estrutura francesa de Pierre Vellas, privilegiando o idoso enquanto receptor direto e ator principal das atividades e possibilitando a ele atingir com sucesso a tríade inclusão social / auto-estima / qualidade de vida.

Prosseguindo a pesquisa, a compreensão da Universidade da Terceira Idade indicou a necessidade de aproximação com a história da Pontifícia Universidade Católica de Campinas enquanto instituição de ensino visando compreender as origens e os valores do programa com atenção especial aos objetivos, ao currículo, à infra-estrutura, ao corpo docente e aos alunos.

Os dados obtidos a partir das entrevistas e dos levantamentos documentais evidenciam como motivo principal para o fato da Universidade da

Terceira Idade da PUC-Campinas ser referência brasileira neste segmento a preocupação com o ser humano da meia-idade e da terceira idade. O programa é voltado para o bem-estar dessas pessoas e, conseqüentemente, para a comunidade que a cerca. Desta forma, a tríade, citada anteriormente, atendida, repercutirá positivamente nas pessoas que rodeiam os alunos da Universidade da Terceira Idade, seja família ou sociedade.

A estrutura organizativa da Universidade da Terceira Idade prevê que os alunos participem de suas atividades durante três semestres, mas foi detectado que o tempo em que os idosos aí permanecem supera o previsto. Tal constatação, aliada a outros fatores, ajudou a caracterizá-la como programa, pois esta longevidade dos alunos nas atividades foge da estrutura de curso de extensão, como a Instituição a denomina, organizada em três semestres, e também explora os limites impostos pela designação como projeto de extensão, apesar de compor a estrutura da Pró-Reitoria de Extensão.

Os objetivos ligados a auto-estima, inclusão social e melhoria qualidade de vida dos idosos são atingidos, como vimos anteriormente, uma vez que a conjugação destes constrói unanimidade quanto a sentir-se bem valorizado o que permite que alunos permaneçam tanto tempo no programa.

O currículo que abarca tais objetivos, embora flexível, mantém a mesma estrutura de dezoito anos atrás, quando da criação do programa. Pode-se depreender daí que a organização inicial se fez de forma adequada às necessidades dos idosos, e estas permanecem praticamente inalteradas. Em virtude da pouca presença masculina no programa e das necessidades que afligem ambos os gêneros, enxergamos o currículo como um desafio para os próximos anos de atividade.

Tal constatação faz refletir acerca das razões para se considerar o programa referência nacional de Universidade da Terceira Idade, pois mesmo com todas as mudanças ocorridas durante estes dezoito anos (Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso, Política Estadual do Idoso, etc.) parece que os dados autorizam concluir: desde seu início foi concebido inovadora e adequadamente.

Agregado aos objetivos e à estrutura curricular inovadora e adequada às necessidades dos idosos e que resistindo ao tempo, pode-se dizer, torna-se clássica, encontram outros dois fundamentais fatores: a localização central e a competência e dedicação do corpo docente.

Com a localização da Universidade da Terceira Idade no centro de Campinas, os acessos se tornam muito mais viáveis pelo fato dos alunos contarem com sistema de transporte público à disposição, além da facilidade de familiares poderem auxiliar na locomoção.

Evitando se deslocar da região central, por que não pensar na otimização de um espaço exclusivo à Universidade da Terceira Idade? Já que o programa é tido como referência, organizar-se-ia um espaço que pudesse se tornar um centro de excelência da terceira idade no Brasil. Ou melhor, até possibilitando a descentralização, por que não pensar em uma parceria com o Poder Público? O próprio programa, com a experiência acumulada e difundindo o conhecimento construído, poder-se-ia mobilizar núcleos regionais dispersos pelos bairros da cidade.

O corpo docente se constitui em ponto forte do programa, pois os dados indicaram que é pela mediação do professor que o aluno atingirá seus propósitos. Este aspecto, por sinal, parece bem trabalhado pela Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas que privilegia docentes que primam pelo convívio e pelo diálogo com os alunos.

No entanto, demonstro preocupação com relação à formação dos docentes para lidar com a terceira idade. Muitos deles adquirem experiência com idosos no próprio programa. Entretanto, dezoito anos de atividade e há professor interno da PUC-Campinas ministrando aula sem qualquer prévio contato com a Universidade da Terceira Idade. Os idosos de hoje aprovam o mesmo professor dos idosos de dezoito anos atrás, mas não podemos afirmar que os novos idosos daqui dezoito anos com suas novas necessidades que poderão surgir, se contentarão ou aceitarão os mesmos docentes sem prévia identificação com a gerontologia. Neste sentido, destaco a importância de que o programa, ou seja, a

Instituição, invista na formação contínua do corpo docente no âmbito da gerontologia.

No decorrer da pesquisa se pode constatar que os alunos têm opiniões positivas sobre o programa. Os elogios se concentram nos professores, visto por eles como maiores incentivadores do envelhecimento bem-sucedido. Há boas manifestações também sobre a convivência com os demais alunos, o atendimento da secretaria acadêmica e a coordenação do programa. Os pontos que não são satisfatórios dizem respeito às escadarias, à pequena e estreita sala de recepção, às oficinas com poucos alunos e à falta de educação física.

Defendo que a Educação Física não possa ser considerada apenas como uma atividade de Dança ou Recreativa, como são ofertadas no programa. Os valores que a Educação Física possibilita ao idoso me faz acreditar que esta área do conhecimento pode ser melhor explorada na Universidade da Terceira Idade. A PUC-Campinas conta com um curso de graduação em Educação Física, o que sugere professores, infra-estrutura e materiais à disposição dos idosos.

Por fim, afirmo que na Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas a manutenção destes valores (objetivos, currículo, localização e docentes), representados por uma natureza construída ao longo dos anos, tem sido um tópico de extrema importância para a qualidade do programa. Esses se vêem explicitados como valores na prática pela longa permanência de muitos alunos do programa, no cumprimento dos objetivos, na não substituição freqüente de docentes e no relacionamento professor-aluno, na não modificação do projeto pedagógico do curso, além da fixação do ambiente das aulas no mesmo local. Tais valores resultam em fortalecimento de identidade que ajuda os alunos noutras situações e espaços como os de suas moradias e de suas famílias. Isso reflete no idoso fazendo-o sentir-se um sujeito incluso socialmente, melhorando sua auto-estima e possibilitando a ele uma constante manutenção da qualidade de vida.

Encerro frisando que este trabalho não representou em momento algum a verdade única e absoluta, porém, espera-se que ele possa orientar novas pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, bem como, servir como

referência para discussões no programa. A Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, por sua idade e pela sua qualidade e riqueza no atendimento ao idoso, oportuniza um imenso arquivo documental e humano, possibilitando inúmeros estudos.

6 REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V.A. **Solidão: a ausência do outro**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BALESTRA, C.M. **A imagem corporal de idosos praticantes e não praticantes de atividades físicas**. Campinas, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Unicamp.

BELLINASSO, T.B. Uma atividade à la carte. **Ensino Superior**, São Paulo, ano 7, n. 84, p. 40-45, set. 2005.

BERQUÓ, E.S. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. A mulher e a terceira idade. In: PEREIRA, D.M. (org.). **Idoso: encargo ou patrimônio?** São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

_____. Envelhecimento populacional no Brasil e suas conseqüências. In: PEREIRA, D.M. (org.). **Idoso: encargo ou patrimônio?** São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

BORGES, M.C.M. Os idosos e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: SIMSON, O.R.M.V.; NERI, A.L.; CACHIONI, M. (orgs.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

BÓS, A.J.G. *et al.* Qualidade de vida do idoso. In: TERRA, N.L. (org.) **Envelhecendo com qualidade de vida: programa Geron**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BRANDEN, N. **Auto-estima no trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências. Lex – legislação federal e marginália, Brasília, jan. 1994.

_____. **Lei nº 9.892**, de 10 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a instituição da política estadual do idoso. Lex – legislação estadual e marginália, São Paulo, dez. 1997.

_____. **Lei nº 9.965**, de 28 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o conselho municipal do idoso. Lex – legislação municipal e marginalia, Campinas, dez. 1998.

_____. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Lex – legislação federal e marginália, Brasília, out. 2003.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa universidade para a terceira idade**: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Campinas, 1998. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp.

_____. **Quem educa os idosos?** : um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade. Campinas: Alínea, 2003.

CAMPOS, T.J. **Lazer e terceira idade**: contributos do turismo no âmbito do programa clube da melhor idade. Campinas, 2003. (Dissertação de Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Educação da Unicamp.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

COMFORT, A. **A boa idade**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

DEBERT, G.G. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Políticas públicas e a constituição do idoso como ator político. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. **Anais...** São Paulo: USP, 2002, p. 54-63.

DESTÉFANO, G. **Envelhecer com dignidade**. São Paulo: Loyola, 2000.

DIAS, M.C.O.S. **Avaliação de um projeto pedagógico de uma Universidade da Terceira Idade**: múltiplos olhares e vozes. Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas.

DIOGO, M.J.D.; NERI, A.L.; CACHIONI, M. **Saúde e qualidade de vida na velhice**. Campinas: Alínea, 2004.

ERBOLATO, R.M.P.L. Gostando de si mesmo: a auto-estima. In: NERI, A.L.; FREIRE, S.A. (orgs.) **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Universidade da Terceira Idade**: avaliações e perspectivas de alunos e ex-alunos. Campinas, 1996. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas.

FEDERICI, M.C. Quel avenir pour les UTA? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE, 23. **Workshop...** Reims, França: [s.e.], 2006.

- FRAIMAN, A.P. **Coisas da idade**. São Paulo: Gente, 1995.
- FRANÇA, L.H.; SOARES, N.E. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. In: VERAS, R. (org.). **Terceira idade: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FREIRE, P. **La educacion permanente**. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1986.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FRIAS, S.R. Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário. In: VERAS, R. (org.). **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO – FNUAP. (2004) **World population prospects: the 2004 revision population database**. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (on-line). <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>.
- GAIARSA, J.A. **Como enfrentar a velhice**. 3. ed. São Paulo: Ícone, 1986.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2000) **Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios** (on-line). <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>
- KASTENBAUM, R. **Velhice: anos de plenitude**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1979.
- KATZ, D. Psicologia da velhice. In: PIAGET, J. *et al.* **Psicologia das idades**. 8.ed. São Paulo: Manole, 1988.
- LANGLOIS, F.Q. **Disfrute plenamente su vejez**. Santiago: Banmédica, 1992.
- LOCATELLI, E.R. Qualidade de vida e a prática de atividades físicas na velhice. **Argumento**, Jundiaí, n. 13, p. 85-94, ago. 2005.
- MALAVAZI, M.M.S. **Os pais e a vida escolar dos filhos**. Campinas, 2000. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp.
- MARINO, E. **Diretrizes para avaliação de projetos e programas de investimento social privado**. São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.
- MARQUEZ, E. **Atividade física no processo de envelhecimento**. São Paulo: SESC, 1998.
- MARTINELLI, J.C.J. **Família e casamento**. São Paulo: Literarte, 2001.

MARTINS, R.B.; LIBÂNIO, J.C. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. CD-ROM. Produzido por PNUD e ESM Consultoria.

MARTINS DE SÁ, J.L. A Universidade da 3ª Idade gerando extensão, pesquisa e ensino. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Cadernos de extensão**. Campinas: PUC-Campinas/PROEXT, 2005.

_____. A Universidade da 3ª Idade na PUCCAMP. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Proposta e ação inicial**. Campinas: Faculdade de Serviço Social, 1991.

_____. Da Universidade da 3ª Idade para a comunidade: educação popular x educação acadêmica. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Cadernos de Serviço Social**. Campinas: Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social, 1998.

_____. Perfil do idoso no município de Campinas. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Relatório de atividades**. Campinas: Faculdade de Serviço Social, 2000.

MATSUDO, V.K.R. O papel da atividade física para idosos nas políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. **Anais...** São Paulo: USP, 2002, p. 67-71.

MAZO, G.Z. *et al.* **Atividade física e o idoso**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MENEZES, M.I.C.B.B. Mulher, poder e subjetividade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, n. 2, p. 59-85, set. 2002.

NERI, A.L. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In: _____. (org.). **Maturidade e Velhice: trajetórias individuais e socioculturais**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. In: _____. (org.). **Qualidade de vida e idade madura**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

NERI, A.L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

NERI, A.L.; FREIRE, S.A. Apresentação: qual é a idade da velhice? In: _____. (orgs.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papirus, 2000.

NETTO, A.J. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: KACHAR, V. (org.). **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, V.R. **A construção da relação professor-aluno em uma Universidade da Terceira Idade**. Campinas, 2004. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas.

OSORIO, A.R. Intervención educativa con personas mayores: análisis de diversos programas en el contexto español. CONGRESSO IBEROAMERICANO SOBRE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS UNIVERSITÁRIAS COM IDOSOS, I. **Simpósio...** Lima, Peru: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

PACHECO, J.L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O.R.M.V.; NERI, A.L.; CACHIONI, M. (orgs.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 12.ed. Campinas: Papyrus, 2004.

PEIXOTO, C. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. (org.). **Terceira idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Uma história, muitas vidas**: 1941-2006. Campinas: PUC-Campinas, 2006.

PRATA, L.E.; SAAD, P. Caracterização sócio-econômica e demográfica do idoso na Grande São Paulo. In: PEREIRA, D.M. (org.). **Idoso**: encargo ou patrimônio? São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

RÔÇAS, V. **A mais de sessenta**: vida nova na terceira idade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROLIM, F.S. **Atividade física e os domínios da qualidade de vida e do autoconceito no processo de envelhecimento**. Campinas, 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Unicamp.

SÁ, M.A.A.S.; SANTOS, A.T. De volta às aulas: ensino e aprendizagem na terceira idade. In: NERI, A.L.; FREIRE, S.A. (orgs.) **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000.

SAD, I. Revisão de vida, autoconhecimento e auto-aceitação: tarefas da maturidade. In: NERI, A.L. (org.). **Maturidade e Velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas: Papyrus, 2001.

SALGADO, M.A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC, 1980.

SANT'ANNA, M.J.G. Unati, a velhice que se aprende na escola: um perfil de seus usuários. In: VERAS, R. (org.). **Terceira idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SANTOS, S. O processo ensino-aprendizagem da atividade motora na velhice. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A TERCEIRA IDADE, V. **Anais...** São Paulo: USP, 2002, p. 25-28.

SCHARFSTEIN, E.A.; PY, L. Caminhos da maturidade: representações do corpo, vivências dos afetos e consciência da finitude. In: NERI, A.L. (org.). **Maturidade e Velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas: Papyrus, 2001.

SILVA, D.P. **Vocabulário jurídico**: edição universitária. Rio de Janeiro: Forense, 1987, v. 1 e 2.

SILVA, F.P. **Crenças em relação à velhice, bem-estar subjetivo e motivos para frequentar Universidade da Terceira Idade**. Campinas, 1999. (Dissertação de Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Educação da Unicamp.

SINÉSIO, N.B.O. **Universidade da melhor idade**: uma proposta salesiana para o idoso. Campo Grande: UCDB, 1999.

SINGER, P. As dimensões sócio-políticas do envelhecimento. In: PEREIRA, D.M. (org.). **Idoso**: encargo ou patrimônio? São Paulo: Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

SKINNER, B.F.; VAUGHAN, M.E. **Viva bem a velhice**: aprendendo a programar a sua vida. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.

STANO, R.C.M.T. Espaço escolar: um tempo de ser-na-velhice. In: KACHAR, V. (org.) **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNISAL. (2008) **Idade Ativa** (on-line). <http://www.sj.unisal.br>

VERAS, R. O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: _____. (org.). **Terceira idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

VERDERI, E. **O corpo não tem idade**: educação física gerontológica. Jundiaí, SP: Fontoura, 2004.

VIEIRA, E.B. **Manual de gerontologia**: um guia teórico-prático para profissionais, cuidadores e familiares. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

VITAL, S.S. **O professor na Universidade da Terceira Idade**: estudo das características de um perfil docente. Campinas, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas.